

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE - FEAC
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA APLICADA

DAYVISSON SOARES DA SILVA

MEMÓRIA AFETIVA NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2022:
Análise do voto econômico retrospectivo nos municípios brasileiros

Maceió

2024

DAYVISSON SOARES DA SILVA

MEMÓRIA AFETIVA NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2022:
Análise do voto econômico retrospectivo nos municípios brasileiros

Dissertação final apresentado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas como pré-requisito para o título de Mestre.

Área de Concentração: Inovação, Instituições e competitividade.

Orientadora: Prof. Dra. Verônica Nascimento de Brito Antunes

Maceió

2024

Catálogo na Fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

C871a Silva, Dayvisson Soares da.

Memória afetiva na eleição presidencial de 2022 : análise do voto econômico retrospectivo nos municípios brasileiros / Dayvisson Soares da Silva. – 2024.

66 f. : il.

Orientadora: Verônica Nascimento de Brito Antunes.

Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Economia. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 62-66.

1. Presidentes - Brasil - Eleições, 2022. 2. Voto e economia. 3. Comportamento eleitoral. I. Título.

CDU: 33:342.8(81)

SILVA, Dayvisson Soares da. **Memória afetiva na eleição presidencial de 2022**: Análise do voto econômico retrospectivo na disputa presidencial de 2022 nos municípios brasileiros. Dissertação Final apresentado à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Alagoas para exame de qualificação (Mestrado).

Data da Defesa:

Banca Examinadora

Prof. Dra. Verônica Nascimento de Brito Antunes
(Orientador) UFAL

Prof. Dra. Luciana Santos Costa Vieira da Silva - UFAL

Prof. Dr. Anderson Moreira Aristides dos Santos - UFAL

Prof. Dr. Joilson de Assis Cabral - UFRJ

AGRADECIMENTO

A elaboração do presente trabalho teve início no projeto de pesquisa do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, sob a orientação da Professora Cirlene Jeane Santos e Santos. Por isso, expresso meus agradecimentos pelo convite para participar do projeto, que serviu de base para o meu estudo no mestrado.

Quero agradecer à minha professora orientadora e amiga, Professora Verônica Nascimento Brito Antunes, cujos conselhos e orientações me motivaram a dar continuidade e concluir o mestrado. Também quero agradecer pelos ensinamentos dos professores: Ana Maria Rita Milani (Economia do Desenvolvimento e Economia Brasileira), Anderson Moreira Aristides dos Santos (Econometria), Camila do Carmo Hermida (Microeconomia), Cid Olival Feitosa (Economia Regional), Sylvio Antonio Kappes (Macroeconomia) e Luciana Caetano (monitoria de Economia Política I). A soma do conhecimento que esses professores me transmitiram contribuiu para enriquecer minha visão de mundo.

Quero agradecer ao meu pai, Erison Soares da Silva, por seu apoio em minha trajetória e por me apoiar em cada passo. À minha mãe, Cássia Hermínia Ferreira Ribas, por todo o carinho nos momentos difíceis. Ao meu irmão, Douglas Soares da Silva, pelo seu apoio. E ao meu amigo Sérvulo Romero Bernardo Rolim Tavares, pelas longas caminhadas, conversando sobre política.

Por fim, mas nem de longe menos importante, quero agradecer a Isabele Tenório Santos, que foi a pessoa que esteve ao meu lado, me apoiando, me dando forças, oferecendo seu ombro nos momentos de dúvida sobre mim mesmo, me aturando nos momentos de raiva, me consolando nas tristezas e rindo comigo nas conquistas. A ela, e a todos que me 'empurraram' até a conclusão deste trabalho, o meu muito obrigado.

RESUMO

SILVA, Dayvisson **Memória afetiva na eleição presidencial de 2022**: Análise do voto econômico retrospectivo na disputa presidencial de 2022 nos municípios brasileiros. Projeto de dissertação – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

É relevante compreender como fatores econômicos influenciam o comportamento eleitoral no Brasil. O presente trabalho tem por objetivo analisar a influência dos aspectos econômicos do período em que Lula esteve no poder (2003-2010), sobre o desempenho de Bolsonaro na sua tentativa à reeleição, sob a ótica do voto econômico retrospectivo. Para isso, utilizando dados dos municípios brasileiros, foram construídos dois modelos econométricos de regressão múltipla e de corte transversal para examinar como o crescimento do PIB real, a variação do índice de pobreza e do índice de Gini durante os dois primeiros mandatos de Lula afetaram a aceitação de Bolsonaro em 2022, considerando também dummies por estado para capturar particularidades regionais. Os resultados indicaram que o impacto das variáveis relacionadas à pobreza e ao índice de Gini sobre o percentual de votos em Bolsonaro foi consideravelmente maior do que o impacto do crescimento econômico. Com a inclusão das dummies foi possível observar a heterogeneidade das regiões, e os efeitos significativos dos estados do Nordeste favoráveis à eleição de Lula. Por fim, ressalta-se a forte relação direta entre a redução da pobreza, no período Lula, e a rejeição a Bolsonaro, além de um alinhamento político da região Nordeste com Lula, confirmando parcialmente a hipótese de memória afetiva.

Palavras-chave: Voto econômico; Eleições 2022; Comportamento eleitoral.

ABSTRACT

SILVA, Dayvisson Affective memory in the 2022 presidential election: Analysis of retrospective economic voting in the 2022 presidential race in Brazilian municipalities. Dissertation project - Faculty of Economics, Administration and Accounting, Federal University of Alagoas, Maceió, 2021.

Understanding how economic factors influence electoral behavior in Brazil is relevant. This study aims to analyze the influence of economic aspects during Lula's tenure (2003-2010) on Bolsonaro's performance in his reelection attempt, from the perspective of retrospective economic voting. For this purpose, using data from Brazilian municipalities, two econometric models of multiple regression and cross-sectional analysis were constructed to examine how real GDP growth, variation in the poverty index, and Gini index during Lula's first two terms affected Bolsonaro's acceptance in 2022, also considering state dummies to capture regional particularities. The results indicated that the impact of variables related to poverty and the Gini index on the percentage of votes for Bolsonaro was considerably greater than the impact of economic growth. With the inclusion of dummies, it was possible to observe the heterogeneity of the regions and the significant effects of Northeastern states favoring Lula's election. Finally, it is emphasized the strong direct relationship between poverty reduction during Lula's tenure and rejection of Bolsonaro, as well as a political alignment of the Northeast region with Lula, partially confirming the hypothesis of affective memory.

Keywords: Economic voting; 2022 Elections; Electoral behavior.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Etapas para a avaliação econômica do voto	18
Figura 2	Quantidade de publicações de 2010 até 2023	26
Figura 3	Sumário dos artigos selecionados	27
Figura 4	Produção científica por países	28
Figura 5	Quantidade de publicação por autor	29
Figura 6	Lista de Periódicos que mais publicaram sobre voto econômico de 2010 até 2023	29
Figura 7	Lei de Bradford dos periódicos sobre votação econômica	30
Figura 8	Rede de ocorrência de palavras chaves sobre o tema	31
Figura 9	Nuvem de palavras	32
Figura 10	Faixa etária dos eleitores em 2022	38
Figura 11	Percentual de voto dos quatro principais candidatos, por região, no primeiro turno da eleição presidencial de 2022	39
Figura 12	Votos no PT por região no primeiro turno das eleições de 2018 e 2022.	40
Figura 13	Percentual de voto dos dois candidatos, por região, no segundo turno da eleição presidencial de 2022	41
Figura 14	Migração de votos do primeiro para o segundo turno de Bolsonaro e Lula em 2022	42
Figura 15	Distribuição por municípios dos locais em que Bolsonaro e Lula ganharam	43
Figura 16	Índice Democracia do Brasil e da Média Mundial de 2010 até 2022	44
Figura 17	Evolução do percentual do PIB no Brasil, separado por governos	45
Figura 18	Percentual de pobreza, por década, e redução de 1991 até 2020	46
Figura 19	Índice de Gini do Brasil e nas regiões brasileiras nos anos 1990, 2000, 2010 e 2020	47
Figura 20	Box plot do crescimento do PIB Real do Primeiro	

e segundo governo Lula e do governo Bolsonaro	54
Figura 21 <i>Box plot</i> das variações da Pobreza e do índice de Gini dos governos Lula	55
Figura 22 Distribuição por municípios do percentual de votos válidos conquistados por Lula no segundo turno da eleição de 2022	59

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Possíveis impactos na opinião do eleitor.	20
Tabela 2	Critérios para separação de Artigos	25
Tabela 3	Dez principais artigos sobre voto econômico	32
Tabela 4	Estratégia PICOS aplicado na pesquisa	50
Tabela 5	Descrição das variáveis do Modelo	52
Tabela 6	Estatística descritiva do modelo	53
Tabela 7	Análise de dados em Corte transversal do voto econômico retrospectivo nos municípios brasileiros	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE	Instituto brasileiro de geografia e estatística
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
IBGE	Instituto brasileiro de geografia e estatística

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.2. PARTIDOS POLÍTICOS	23
3. REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA	25
4. ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2022	36
4.1 ECONOMIA BRASILEIRA NOS GOVERNOS LULA	43
4.2 ECONOMIA BRASILEIRA NO GOVERNO BOLSONARO	46
5. METODOLOGIA.....	48
5.1. MODELOS DE REGRESSÃO	49
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

O Brasil possui um sistema político democrático e presidencialista de governo, no qual, periodicamente, a população se dirige aos locais de votação para manifestar seu apoio a um candidato ou partido que está disputando uma vaga em determinado cargo público eletivo. Nesse sentido, as eleições são processos de escolha que envolvem, de um lado, a formação de coligações em busca de maior aceitação popular e, de outro, a seleção dos representantes da população, conforme suas preferências. (Downs, 1999).

O voto econômico é compreendido como a prática em que os eleitores utilizam suas percepções da economia para informar suas decisões de voto. Essa prática é influenciada pela percepção de responsabilidade dos incumbentes pelos resultados econômicos, com os eleitores utilizando isso como um sinal de competência (Duch, 2008). A presença e o impacto do voto econômico podem variar entre diferentes contextos políticos e países; contudo, em geral, as avaliações econômicas retrospectivas, nas quais os eleitores consideram o panorama econômico, constituem um fator dominante no voto econômico (Lewis-Beck, 2019).

O princípio da votação econômica surge a partir dos estudos sobre democracia e economia que, em linhas gerais, relacionam a aceitação popular (variável dependente), verificada por meio dos percentuais de votação ou pesquisas de opinião pública, com indicadores macroeconômicos ou sociodemográficos, tais como Produto Interno Bruto (PIB), desemprego, renda das famílias, investimentos em políticas, desigualdade, entre outros (Carreirão, 1999).

Downs (1999) desenvolveu um estudo que revelou que a tomada de decisão do cidadão (eleitor) leva em consideração um cálculo racional interno, no qual ele observa quais dos candidatos lhe trarão maiores ganhos individuais e/ou coletivos.

Durante o período eleitoral, as campanhas partidárias tanto do governo da situação quanto da oposição utilizam indicadores econômicos para persuadir a população votante, por meio de narrativas positivas, por parte da gestão titular, ou negativas, por parte da oposição, que tenta convencer que mudanças precisam acontecer através da troca dos governantes (Erikson, 2009). Tais disputas de narrativas podem contribuir para uma melhor percepção da economia e para melhores decisões políticas.

O voto econômico retrospectivo, um conceito da ciência política, é influenciado pela percepção dos eleitores sobre a economia e não apenas pelas políticas governamentais atuais (Johnston, 2001). No entanto, a relação entre essas percepções e o apoio partidário é complexa, com a popularidade partidária muitas vezes moldando as percepções econômicas (Evans;

Andersen 2006). Isso sugere que o impacto do voto econômico retrospectivo sobre as preferências políticas pode ser exagerado. Apesar disso, ainda pode incentivar os governantes a melhorar o bem-estar público (Healy; Malhotra, 2013).

Em outubro de 2022, o candidato do Partido Liberal (PL), Jair Messias Bolsonaro, buscou a reeleição disputando com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT). A disputa foi levada para o segundo turno, com resultado favorável a Lula, que venceu com 50,90% do total de votos válidos, sendo eleito presidente da República pela terceira vez (TRE, 2023). A distribuição regional dos votos revelou que Bolsonaro venceu nas regiões Centro-Oeste (60,21% dos votos válidos), Norte (51,03%), Sudeste (54,26%) e Sul (61,84%), enquanto Lula venceu apenas no Nordeste, com 69,34% de aproveitamento (TSE, 2023).

A não reeleição de Bolsonaro em 2022 pode ser examinada sob a perspectiva do voto econômico retrospectivo (memória afetiva) em relação a Lula, e também a partir da associação com o desempenho econômico brasileiro dos últimos anos. Durante a sua gestão (2018-2022), evidenciou-se o aumento da inflação, do desemprego e da miséria no país, o que pode ter contribuído para elevar os índices de rejeição do então presidente, enquanto Lula terminou seus dois mandatos com elevado índice de aprovação popular (Barifouse, 2022).

A vitória de Bolsonaro em 2018 e sua derrota em 2022 mostram uma mudança no comportamento eleitoral brasileiro. Em 2018, houve uma quebra da invencibilidade do Partido dos Trabalhadores, que tinha obtido vitórias seguidas desde 2002 com Lula e Dilma Rousseff.

As análises de eleições e reeleições devem ser diferentes, pois nestas últimas o voto tende a ter vinculação com o desempenho anterior do candidato (Soares; Terron, 2008). Braga e Zolnerkevic (2020) mostram que, na última década, há uma não linearidade política no comportamento do eleitorado brasileiro. A pesquisa preenche uma lacuna ao investigar especificamente a relação entre o desempenho econômico durante os governos de Lula e a tentativa de reeleição de Bolsonaro em 2022

A hipótese desta pesquisa sugere que o contexto econômico durante os dois mandatos anteriores de Lula (2003-2006 e 2007-2010) pode ter afetado o desempenho do candidato Bolsonaro na busca pela reeleição em 2022. Com isso em mente, o presente trabalho se propõe a resolver a seguinte questão: qual foi a influência do período econômico vivido nos governos de Lula sobre o resultado da eleição presidencial de 2022?

O presente trabalho se faz necessário para analisar se a situação econômica favorável e as políticas praticadas durante o primeiro e o segundo governo de Lula geraram impacto na

eleição presidencial de 2022, superando o horizonte de tempo, que deu a vitória para o candidato petista sobre seu principal oponente e titular do governo, Jair Bolsonaro.

O objetivo do presente trabalho é verificar se os aspectos econômicos presentes nos dois mandatos de Lula influenciaram na decisão da eleição presidencial em 2022, sob a ótica da teoria da votação econômica retrospectiva. Para tanto, foram construídos dois modelos econométricos com dados municipais em corte transversal, para analisar a influência de diferentes variáveis econômicas nos resultados eleitorais, especificamente no percentual de aceitação de Bolsonaro.

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos, além desta introdução: no primeiro capítulo serão apresentadas as principais teorias sobre o comportamento eleitoral e a votação econômica retrospectiva, incluindo os estudos de votação econômica; na seção seguinte será apresentado um modelo de revisão sistemática de literatura (RSL), com foco no tema do voto econômico retrospectivo; na terceira parte, serão abordadas a eleição presidencial de 2022 e uma análise dos dois principais candidatos favoritos na disputa, traçando um perfil breve do momento; e, por fim, na quarta parte, será elaborado um modelo econométrico com dados municipais referentes aos votos obtidos pelo candidato que buscava a reeleição (Jair Bolsonaro) e variáveis econômicas dos governos Lula, com o objetivo de testar se os eleitores em 2022 praticaram a votação econômica retrospectiva.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, examinaremos as principais contribuições dos autores que estudaram a relação entre economia e obtenção de votos, com o intuito de dar suporte, nortear o estudo e fornecer sustentação teórica ao modelo econométrico.

2.1. Teoria da Escolha Racional e Economia do Voto

Os estudos acerca do voto econômico ganharam força a partir da década de 1960, com a corrente heterodoxa da escolha racional. A teoria da escolha racional buscava analisar de forma empírica o comportamento e o processo de tomada de decisão dos agentes econômicos (Scheffer, 2013). Com base nessa teoria, os indivíduos tomam suas decisões com o objetivo de maximizar sua satisfação e reduzir custos, dadas as informações disponíveis e suas preferências (Ferjohn; Pasquino, 2001).

Com base nessa premissa, Downs (1999) constrói um modelo de mercado eleitoral tendo como ofertantes os políticos, os demandantes, os indivíduos/eleitores, e o mercado, a própria eleição e o sistema democrático de governo. O objetivo do governo no poder seria a continuidade da gestão e, para isso, ofereceria bens e serviços públicos para a população, que, estando satisfeita, votaria pela permanência no cargo. Esse mesmo autor declara que o jogo eleitoral não é formado apenas entre eleitores individuais e candidatos ao cargo público, pois existem os grupos de interesse. A partir da organização política desses grupos surgem as bancadas no Congresso, por exemplo, que movimentam recursos econômicos e de influência em prol de seus interesses (Downs, 1999).

Resumidamente, podemos entender a teoria econômica da democracia como uma parte da ciência econômica dedicada à compreensão dos fenômenos democráticos de um país, à avaliação da relação entre o governo eleito e a população que o coloca no poder, e à manutenção do jogo político pela ótica econômica. O comportamento dos eleitores e sua decisão de voto são resultados da sua (in)satisfação com o governo titular; enquanto isso, os governantes irão implementar políticas públicas que geram bens e serviços para a população, a fim de aumentar a satisfação da população, o que pode resultar em aceitação eleitoral e permanência no cargo elegível.

A teoria econômica da democracia, postulada por Downs e autores subsequentes a ele, como Campbell (1960) e Mueller (1970), ramificou-se em duas vertentes. A vertente macroeconômica dos círculos político-econômicos estuda as decisões de investimentos

públicos do titular no poder, que está concorrendo à reeleição em períodos eleitorais, como forma de obter vantagens na corrida por votos. No campo da microeconomia, a votação econômica, ou voto econômico, estuda a tomada de decisão dos eleitores olhando para o passado ou para o futuro, e visando o candidato que lhe trará maiores retornos com menores custos (Bolzan, 2005).

Campbell et al. (1960), em *“The American Voter”*, realizam um estudo em que correlacionam o voto econômico americano com características estruturais do eleitor. Muller (1970) analisa o governo estado-unidense de Truman, em 1945, até o final do governo de Johnson, início de 1969, através do índice de popularidade presidencial, onde a população era questionada se o governo era “bom”, “ruim” ou se não tinham nada a opinar, levando em consideração fatores econômicos, política internacional e guerra, temas que estavam muito presentes à época. O autor observou que quem mantinha, ao longo do tempo, uma popularidade elevada, frente aos desafios internos e externos, era bem-sucedido na eleição.

Os trabalhos de votação econômica têm crescido ao longo dos últimos anos, sendo os Estados Unidos e o Reino Unido os principais centros de pesquisa (Scopus, 2023). Em linhas gerais, esse campo estuda como o desempenho econômico pode influenciar a aceitação de um político ou partido no poder, sendo por vezes, uma junção entre ciência econômica e política, por meio da econometria (Lewis-beck; Paldam, 2000).

Para validar a tese do voto econômico, dois princípios devem ser considerados: (1) o eleitor é racional e vota com base em suas preferências de ganhos futuros, dada a quantidade de informação que possui; e (2) os governantes têm responsabilidade pelo desempenho da economia do país, seja de forma direta ou indireta (Downs, 1999). Enquanto a população maximiza seus ganhos pessoais, através de benefícios¹ oferecidos por uma gestão eleita, o político que disputa, ou que vai disputar, um cargo público busca maximizar os votos, ou seja, suas ações visam conquistar o maior número possível de eleitores simpatizantes da sua plataforma política.

Durante as eleições, que de modo geral acontecem periodicamente, na modalidade majoritária e proporcional, as pessoas/eleitores têm a responsabilidade de escolher, dentro de um conjunto limitado de candidatos, seus representantes. Para chegar a uma decisão, a população tende a levar em consideração diversos fatores, como o histórico político, seus discursos e suas promessas de campanha, e as ações dos candidatos, no entanto existem outros

¹ Esses benefícios oferecidos pelo governo são os bens e serviços públicos, como calçamento de ruas, iluminação pública, serviços de saúde, entre outros.

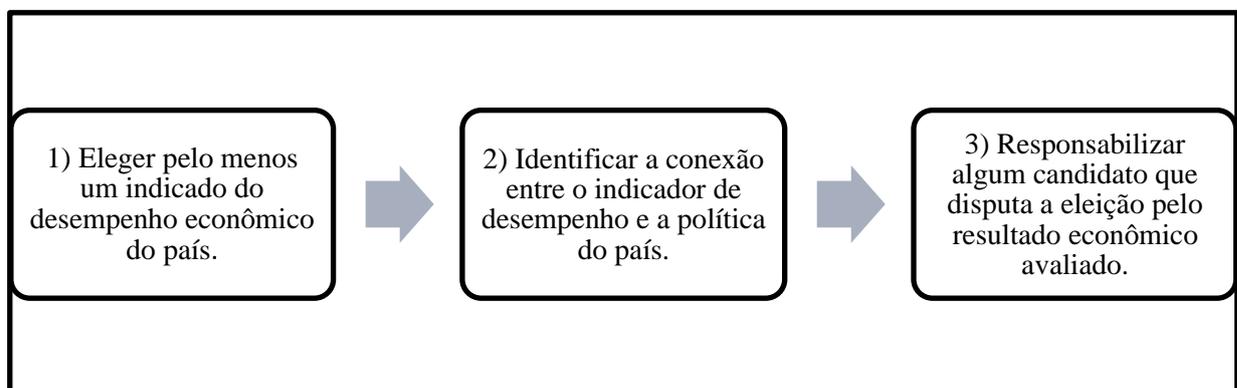
fatores que influenciam significativamente essa escolha de forma indireta (Matthieß, 2020). É comum, e até mesmo obrigatório, os candidatos ao posto público prometerem melhoria das condições de vida da população caso sejam eleitos, como forma de cativar apoio e angariar votos. A percepção da economia é apresentada nas entrelinhas dos discursos políticos, sendo usada tanto pelo grupo no poder quanto por núcleos de oposição, com diversas interpretações e apresentada aos eleitores de múltiplas formas.

O bem-estar da população não é o principal objetivo dos incumbentes, mas sim atender os anseios de uma maioria que lhe dará vitória nas eleições, se perpetuando-se no poder. Já o eleitorado busca, através do voto, melhorar a sua condição de vida e/ou do local onde está inserido. O eleitor racional sempre escolhe aquele candidato ou partido que lhe traz a maior utilidade (Downs, 1999). Toda decisão de voto consciente é precedida de um cálculo interno que opta por caminhos que tragam maiores retornos com menores perdas, dado o grau de informação disponível.

O processo eleitoral é tido como um pilar da democracia moderna é uma forma da população participar das decisões públicas. O voto é visto pela votação econômica como um instrumento de punição ou recompensa do povo (Carreirão, 1999). Se o titular no poder tiver um bom desempenho com base em indicadores socioeconômicos, a população votará em sua permanência como uma forma de retribuição, mas se a qualidade de vida das pessoas piorar, a penalidade para o titular é não ser reeleito.

Para o voto econômico é preciso certo nível de entendimento da economia e de política, que será a base de avaliação dos candidatos em disputa eleitoral. Segundo Pereira (2014), as etapas da votação econômica acontecem em três estágios apresentados na Figura 1.

Figura 1 - Etapas para a avaliação econômica do voto



Fonte: elaborado pelo autor, com base em Pereira (2014).

Na primeira etapa, o eleitor escolhe uma ou mais variáveis que indiquem a condição do bem-estar da economia, podendo ser o desemprego, a inflação, o preço de algum bem essencial, entre outros. No segundo momento, ele “politiza” esse indicador, anexando a responsabilidade de sua alteração a uma ação política de estado, como, por exemplo, auxílios para distribuição de renda. E, por fim, na terceira etapa, associa a política econômica que influencia o indicador a um determinado candidato, ideologia ou partido que esteja disputando a eleição, escolhendo assim o seu voto.

Um eleitor que não observa a diferença entre um partido e outros pode não ter vínculo afetivo com as legendas, sendo classificado de três formas: (1) Antipartidários específicos, constituem o eleitor com aversão a um partido em particular, rejeitando todas as suas propostas e posicionamentos; (2) Antipartidários generalizados, formados pelos eleitores que rejeitam todos, ou os principais, partidos políticos de forma generalizada, bem como têm dúvidas sobre o processo eleitoral como um todo; e (3) Apartidários, semelhantes aos anteriores, rejeitam boa parte dos partidos políticos, mas não rejeitam as instituições eleitorais, tendendo, por vezes, a concordar com um partido e, por vezes, com outro (Jaeger; Braga; Casalecchi, 2023).

A escolha do voto do eleitor é influenciada por suas preferências particulares, construídas ao longo de sua vida. Tais predileções influenciam a percepção que o indivíduo tem da economia e, conseqüentemente, o julgamento da condução da economia pelo titular no comando (Evans; Pickup, 2010). Se o indivíduo estiver alinhado com os preceitos do partido governista, terá um olhar otimista sobre os resultados macroeconômicos; por outro lado, se estiver em linha com a oposição ao governo, os resultados serão criticados e questionados quanto à veracidade. Isso também se reflete no consumo de informação: apoiadores do governo procuram mídias que falem bem do mesmo, enquanto apoiadores da oposição buscam canais informacionais que apontem erros da atual gestão.

Por vezes, o governo titular no poder, que busca a reeleição, utiliza-se de políticas econômicas de forma a obter certa vantagem na disputa eleitoral e pode adotar certos perfis de governante/candidato: (1) Oportunista, quando utiliza seu cargo para seu benefício político; e (2) Partidarista, quando segue as orientações de sua legenda e ideologia político-partidária (Bolzan, 2018). Porém, podem ocorrer flutuações de produção decorrentes de choques externos; nesse caso, os governantes perdem poder de decisão sobre as conseqüências macroeconômicas, não importando se o direcionamento é mais oportunista ou partidarista (Maloney; Pickering, 2015).

O período eleitoral e as campanhas eleitorais contribuem para o voto econômico e para o entendimento do comportamento econômico recente. À medida que os partidos se enfrentam

na disputa por votos, passam a informar a população sobre o andamento da economia (Erikson, 2009). A percepção das variáveis econômicas é usada como estratégia de ataque ou de defesa pelo titular, ou por seus opositores, construindo uma narrativa baseada em dados e constatações que visam persuadir os eleitores.

O voto econômico retrospectivo ocorre quando o eleitor avalia os benefícios trazidos pelo candidato que já foi titular no governo. A decisão de escolha de voto é feita com base nos resultados apresentados pelas políticas e pela condução da economia durante o período em que o candidato esteve à frente da gestão pública. Se o que foi feito deixou um legado positivo, os eleitores o recompensam votando nele novamente; se foi negativo, o punem, votando na oposição (Fernandes; Fernandes, 2013).

Entretanto, Stiers (2021) afirma que a linha de fornecimento de informação para o eleitor dependerá do contexto político e do grau de sofisticação política dos eleitores. Por vezes, a relação entre desempenho econômico e ação do governo não é totalmente clara, o que acaba por reduzir o poder punitivo e compensatório do voto. O fluxo de informação dependerá do contexto político, das regras institucionais, da quantidade de informações disponíveis e da capacidade do eleitor de “digeri-las”. Quando o local tem poucas notícias sobre o andamento das partes econômicas e sociais, é exigido dos indivíduos um esforço cognitivo maior para traçar a linha de responsabilidade até o governo no poder, tarefa que requer, por vezes, conhecimentos científicos prévios.

A avaliação do voto leva em consideração a comparação da maximização da escolha entre votar em um ou outro candidato. A utilidade marginal que a população recebe do governo são conjuntos de bens e serviços públicos, e, ao avaliar a decisão de voto, a população mostra preferência pela opção que lhe trará maiores ganhos. A lógica do voto entre os candidatos A e B no momento da eleição, elaborada por Downs (1999), é representada pela seguinte expressão:

$$E(U^A_{t+1}) - E(U^B_{t+1}) \quad (1)$$

O período eleitoral (t) ocorre a cada quatro anos (para presidente). O que é examinado pelos eleitores são os momentos posteriores, ou seja, $t + 1$. A esperança matemática da maximização da escolha do candidato “A” (U^A) é confrontada pela opção do candidato da oposição “B” (U^B). Se essa comparação, demonstrada na equação 1, for positiva, é preferível para o eleitor votar no candidato titular; se o resultado for neutro, o eleitor não observa diferença entre os dois candidatos e tenderá a votar nulo; e se for negativa, o eleitor seguirá escolhendo o candidato de oposição ao governante.

Quando o eleitor, instrumentalmente racional, não verifica diferença entre as alternativas disponíveis de candidatos, o voto se torna custoso em relação a tempo e esforço, já que o benefício esperado é nulo ou próximo de zero, caracterizando o 'paradoxo do voto' (Aidt, 2000). A presente questão pode ser resolvida criando incentivos ao voto, bem como investindo em uma maior conscientização da população sobre seus deveres como instituição democrática.

O centro dos estudos de votação econômica consiste em criar uma relação entre a obtenção de votos de um dado candidato e fatores econômicos, sociais e políticos, como mostrado na função (2) abaixo:

$$\text{Votos} = f(\text{fatores econômicos, fatores políticos}) \quad (2)$$

Os votos, ou a aceitação eleitoral, estão relacionados a diversos fatores, sendo os fatores econômicos e políticos de grande interesse para a teoria da votação econômica. Porém, vale ressaltar que perfis demográficos (sexo, idade, etnia) também podem oferecer respostas sobre o comportamento do eleitor (Fraile; Lewis-Beck, 2010). A Tabela 1 abaixo mostra alguns possíveis impactos econômicos e políticos, positivos e negativos, das variáveis acima descritas.

Tabela 1 – Possíveis impactos na opinião do eleitor

Fatores	Exemplos	Impacto
Econômico	Aumento de renda do indivíduo	Positivo
	Aumento da inflação	Negativo
	Redução do desemprego	Positivo
	Crise econômica	Negativo
Político	Participação popular	Positivo
	Escândalos de corrupção	Negativo
	Ser bem avaliado nas pesquisas de opinião	Positivo
	Crise de representatividade	Negativo

Fonte: elaborado pelo autor com base em (Fraile; Lewis-back, 2010; Weatherford, 2014).

A equação (3) descreve como um modelo econométrico, demonstrado no trabalho de Evans e Pickup (2010):

$$\text{APPROVE}_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{ECON}_{it} + \mu_{it} \quad (3)$$

Onde “APPROVE” é o índice de aproveitamento do governo, ou intenção de voto², do indivíduo (i) no momento (t). Já “ECON” representa a avaliação econômica subjetiva do eleitor no dado período de tempo, e assume-se que $E(\mu_{it}|ECON_{it}) = 0$.

Admitindo que a avaliação de um governo pode ser feita de duas formas, retrospectiva e prospectiva, ao avaliar um concorrente ao cargo público de forma prospectiva, observam-se suas metas, o planejamento para alcançá-las, os benefícios econômicos coletivos e o bem-estar individual. Já uma avaliação retrospectiva é feita com base no que o titular no governo, ou o que já foi em outros períodos, fez e como se comportou enquanto gestor de crises, bem como seus resultados alcançados nas variáveis sociais de interesse de quem o está avaliando (Fernandes; Fernandes, 2013).

Ao analisar o processo de decisão entre candidatos que disputam a eleição temos que analisar e comparar as propostas apresentadas e os ganhos oferecidos. Suponha dois partidos, o partido no poder “A” e o partido de oposição “B”, cada uma vai oferecer uma plataforma de campanha representada por η_t^A e η_t^B , respectivamente, no período da eleição “t”. A utilidade marginal do eleitor (U) individual “i” depende da sua renda “Y” e da situação macroeconômica “a”, logo temos a seguinte equação (4):

$$U_{it} = U_{it}(Y_{it}, a_t) \quad (4)$$

Sabemos que a renda do eleitor, bem como a situação macroeconômica do local, dependerá da política econômica implementada no período da eleição, sendo assim:

$$U_{it} = U_{it}(Y_{it}(\eta_t), a_t(\eta_t)), \text{ logo temos que, } U_{it} = U_{it}(\eta_t) \quad (5)$$

A utilidade marginal do eleitor depende da política econômica implementada. Com isso em mente, o eleitor, ao escolher as propostas de governo, procura associar as escolhas do atual mandatário aos possíveis resultados econômicos observados.

Quando o eleitor avalia um candidato que busca a reeleição frente a outro de oposição, ele analisa a utilidade passada do período em que o titular esteve em exercício e os planos de seus adversários, ou seja, a esperança de maximização futura (Downs, 1999). Como podemos ver na equação (6) abaixo:

² A intenção de voto do eleito é geralmente dada pelas pesquisas amostrais de intenção de voto dos candidatos que estão disputando o cargo público.

$$U_t^A - E(U_{t+1}^B) \quad (6)$$

A Equação 6 mostra a comparação de utilidade obtida entre o candidato do governo no período da eleição (U_t^A) e a utilidade por escolher o candidato da oposição para o próximo período eleitoral ($E(U_{t+1}^B)$). Se o resultado dessa diferença for positivo, o eleitor prefere o que foi feito até então a uma nova gestão. Por outro lado, se o resultado for negativo, o eleitor não está satisfeito com o governo e opta por escolher o candidato da oposição. E, por fim, se o resultado for nulo, o eleitor não observa a diferença entre o governo passado e os novos candidatos no futuro, e tenderá a anular o seu voto.

O voto retrospectivo é uma opção mais viável do que o prospectivo e tende a ser o mais utilizado entre os eleitores, visto que pesquisas sugerem que o voto retrospectivo é um fator prevalente e influente no comportamento eleitoral (Williams, 1994; Lanoue, 1994). É muito mais custoso para o eleitor buscar informação de todos os candidatos sobre seus planos para o futuro do país, portanto, as pessoas se apegam às memórias do que cada um já fez, sendo que um novo conhecimento é apenas um fator adicional para julgamentos já formados (Dassonneville; Lewis-beck; Sttiers, 2020, p. 649). Essa percepção no comportamento eleitoral passado é o que se transforma em fidelidade partidária a um político específico, partido ou ideologia. Quanto mais "fiel" um eleitor está a um candidato, seja ele titular ou de oposição, menos "contaminada" sua avaliação da economia tende a ser e menores são as chances de votar economicamente. Pesquisas sugerem que a lealdade partidária influencia significativamente a percepção dos eleitores sobre a economia e seu comportamento de voto (Evans; Andersen, 2006; Lewis-Beck et al., 2008; Tilley; Hobolt, 2011).

A memória utilizada no voto retrospectivo diminui com o passar do tempo. Conforme aumenta o horizonte temporal e novas gerações começam a participar do processo eleitoral, a referência de um governo passado tende a diminuir e até mesmo se perder na lembrança dos indivíduos, o que torna a comparação com uma gestão atual mais desigual e, por vezes, subjetivamente partidária (Dassonneville; Lewis-beck; Sttiers, 2020). A preferência partidária compromete a lógica da avaliação entre governos e candidatos, influenciando a avaliação retrospectiva de partidos e políticos. Candidatos que estão exercendo o poder no momento da disputa tendem a ter mais proximidade com o eleitorado, além de utilizar a máquina pública para beneficiar um público-alvo e converter esse apoio em votos.

2.2. Partidos Políticos

Para concorrer às eleições, determinados grupos com interesses em comum se juntam em agremiações denominadas partidos políticos ou legendas partidárias. Os partidos políticos são um conjunto de indivíduos que têm um interesse em comum e/ou estão buscando melhorias em uma área da sociedade, sendo que nem todos os integrantes de um partido buscam cargo público, bastando serem favoráveis a uma causa (Downs, 1999).

Os partidos políticos podem estar distribuídos dentro de um eixo de esquerda-direita, que partidos de esquerda vão buscar maior intervenção estatal na economia, enquanto que partidos de direita buscam menor interferência do estado na economia (Tarouco, 2022). Dentro dessa linha de esquerda e direita, temos ainda partidos de centro, centro-esquerda e centro-direita, o que acaba por contribuir para a identificação partidária da população, pois em países que há poucas opções de voto, há uma maior evasão de votos (Lipset, 1967).

Segundo Downs (1999), a obtenção de informação sobre as propostas dos candidatos tem um custo informacional. Por conta disso, os candidatos utilizam as legendas partidárias como forma de contornar esses custos, mostrando aos eleitores quais são suas ideologias, visões de nação e as pautas que defendem.

É comum que ocorram disputas intrapartidárias. Os membros de um partido têm discordâncias sobre pontos específicos ou sobre quais caminhos devem tomar. Esses conflitos são solucionados internamente ou, por vezes, resultam na ramificação para um novo partido semelhante (Downs, 1999).

Os partidos políticos também negociam com empresas para obter financiamento para suas campanhas. Muitos grupos de interesse, como os setores da economia de agricultura, construção civil, energia e infraestrutura, formam ou se aliam a partidos políticos para obter vantagens na formulação de leis que afetam esses setores. Para isso, há um financiamento de campanha, de forma direta e indireta, para que um grupo político tenha vantagem na disputa eleitoral (Carazza).

Um exemplo disso é trazido por Tanscheit e Barbosa (2023), que afirmam que, na eleição brasileira de 2022, o candidato à reeleição, Jair Bolsonaro, recebia apoio da, popularmente chamada, bancada “BBB” (Boi, Bala e Bíblia), alinhando seus discursos e promessas em defesa da agropecuária extensiva, liberação do porte de armas de fogo e valores das igrejas neopentecostais.

Partidos políticos fazem parte do processo democrático. São grupos organizados que trazem para o debate público questões sociais importantes para a manutenção da democracia e

a representatividade de grupos sociais que se encontram sem a cobertura e proteção do Estado, podendo alcançar uma maior quantidade de pessoas e resolver problemas com pouco conhecimento público.

3. REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Os Estudos Métricos Informativos (EMI) têm o papel de identificar e avaliar informações científicas contidas em variados tipos de suportes, utilizando recursos quantitativos como instrumento de análise (Vieira; Silva, 2023). Entre os métodos de EMI, os estudos bibliométricos e a Revisão Sistemática de Literatura (RSL) são desenvolvidos para auxiliar o pesquisador na organização, obtenção e seleção qualitativa de materiais para sua pesquisa. O uso da RSL ajuda a tornar a coleta de informações mais confiável e abrangente do que trabalhos não sistemáticos tradicionais, levantando os principais conceitos-chave de um determinado tema de investigação, bem como questões de discussão pela comunidade acadêmica (Chueke; Amatucci, 2022).

O foco da RSL no presente trabalho consiste em buscar, analisar e sintetizar estudos sobre o fenômeno do "voto econômico" correlacionados aos termos: "retrospectivo", que sugere uma abordagem na qual os eleitores avaliam a performance econômica passada ao decidir seu voto; e "prospectivo", que indica uma abordagem na qual os eleitores consideram as promessas ou expectativas econômicas futuras ao decidir seu voto. Utilizando critérios para a filtragem dos materiais publicados mais relevantes, a Revisão Sistemática de Literatura contribui para a qualidade do trabalho a ser produzido, bem como para sua eficiência e relevância.

Após o levantamento bibliográfico realizado nas bases de periódicos *Scopus* e *Web of Science* no dia 28 de julho de 2023, foi feito o tratamento da informação a fim de se chegar a artigos com maior proximidade e relevância ao tema proposto.

Foram selecionados apenas artigos completos publicados no período compreendido entre os anos de 2010 e 2024. Ao todo, foram recuperados 194 artigos, somando as duas bases, que foram exportados para o formato CSV³, logo após para *Microsoft excel*. Por fim, foram utilizados critérios de exclusão, conforme Tabela 2 abaixo, selecionando assim os mais relevantes para esse estudo.

Tabela 2 - Critérios para separação de Artigos

Artigos Base de dados (Total = 194)	
Artigos após da retirada dos quais não possuía DOI (Total = 187)	Artigos excluídos Total = 07
Artigos após da retirada dos duplicados (Total = 184)	Artigos excluídos Total = 03

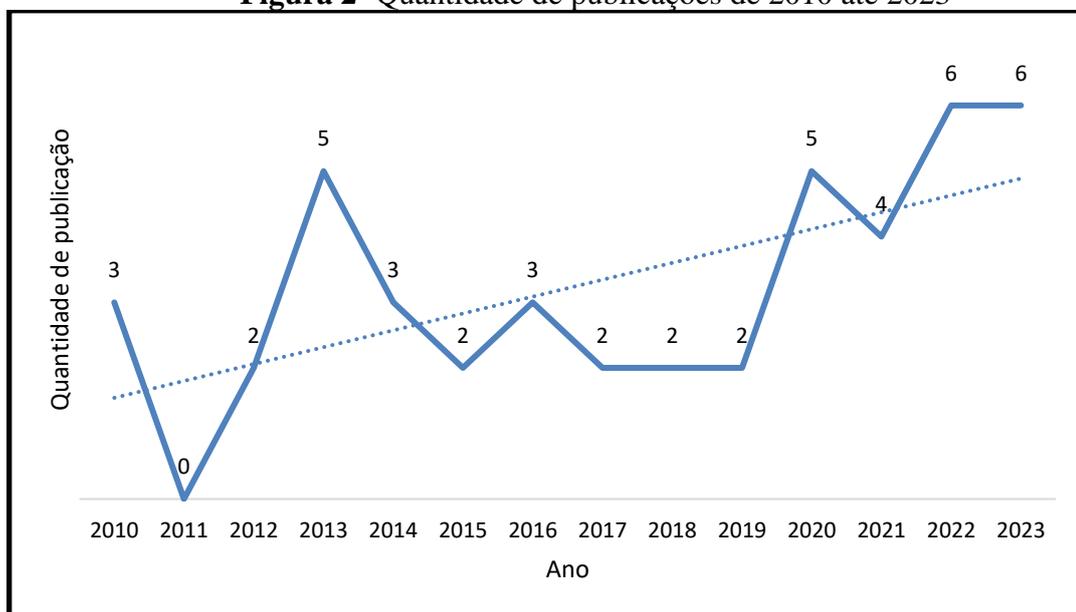
³ O termo "CSV" tem como significado *Comma Separated Values*, ou seja, é um arquivo separado geralmente, por vírgula.

Artigos após filtragem por Resumo (Total = 45)	Artigos excluídos Total = 139
--	-------------------------------

Fonte: Elaborado pelo autor.

Foram excluídos sete trabalhos que não possuíam *Digital Object Identifier* (DOI), reduzindo o total para 187. Em seguida, foram encontrados e retirados três artigos em duplicidade, totalizando 184 documentos. Por fim, foi feita a leitura dos resumos desses artigos, buscando similaridades e correlações com o tema proposto; assim, foram excluídos 147, totalizando 45 documentos que compõem o corpus textual desta pesquisa. Desse total, 34 pertencem à base de dados Scopus (74%), enquanto 11 são da *Web of Science*.

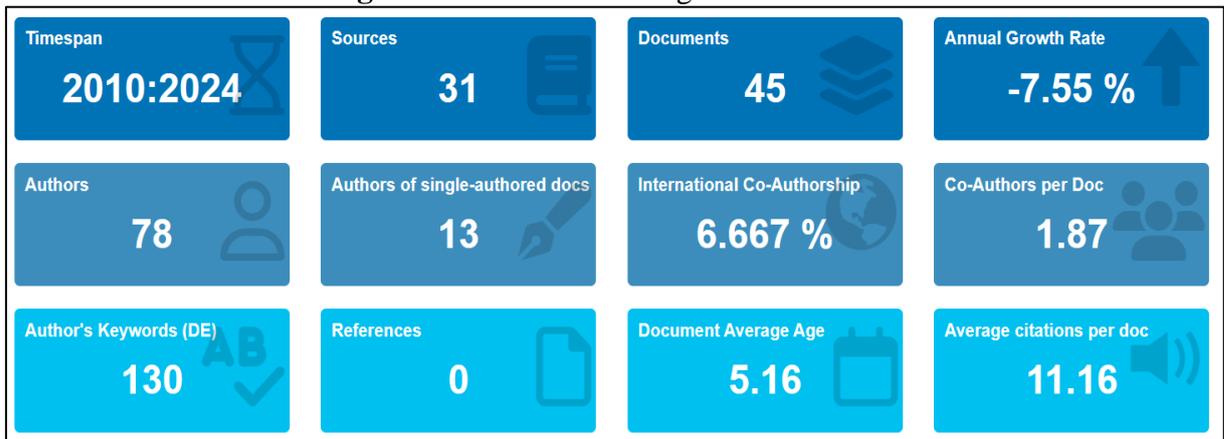
Figura 2- Quantidade de publicações de 2010 até 2023



Fonte: Elaborado pelo autor.

A Figura 2 mostra o panorama de publicações de artigos completos sobre a temática no período compreendido entre os anos de 2010 e 2023, o que sugere uma tendência de crescimento das publicações a partir de 2020.

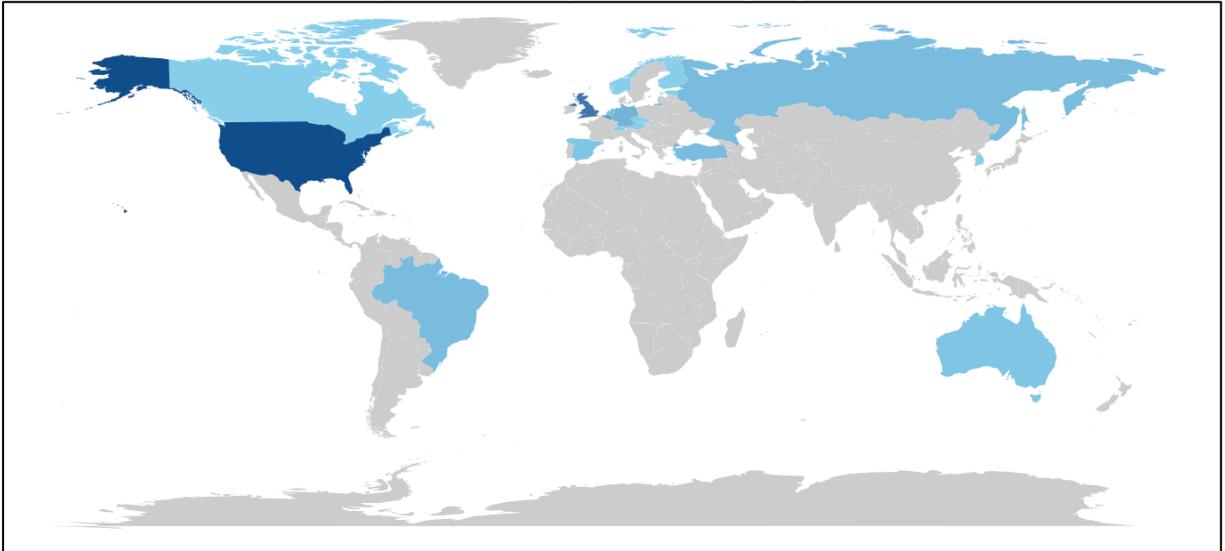
Utilizando a plataforma do *Bibliometrix*, por meio do *software RStudios*, foram processados os dados do corpus textual desta pesquisa, para apresentar resultados sobre o conjunto de trabalhos selecionados. A síntese descritiva dos artigos do Corpus é apresentada na Figura 3 abaixo.

Figura 3- Sumário dos artigos selecionados

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os 45 artigos completos foram publicados no período de 2010 a 2024, em 31 periódicos, reunindo 78 autores, dos quais 13 publicaram sozinhos. As pesquisas sobre votação econômica apresentaram uma queda na tendência anual de produção científica do corpus, com uma variação negativa de 7,55%. A coautoria registra 6,6% de colaboração internacional, ou seja, autores de diferentes países contribuíram para a formação do corpus textual, apresentando uma média de coautoria de 1,87 por documento. O corpus também inclui 130 palavras-chave, com uma média de citação dos documentos de 5,16 por ano, sendo que a média de citação por documento é de 11,16.

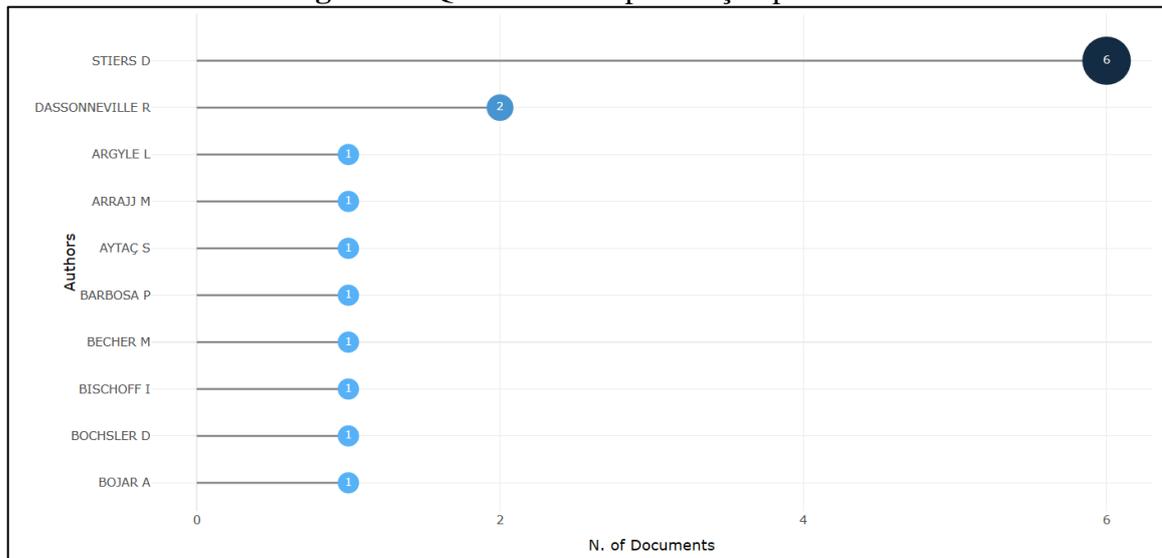
A distribuição dos trabalhos pode ser apresentada por nacionalidade. Na Figura 4, abaixo, é possível observar os países que mais têm publicações sobre voto econômico prospectivo e retrospectivo no período.

Figura 4 - Produção científica por países

Fonte: Elaborado pelo autor.

A Figura 4 evidencia que os Estados Unidos são o principal produtor de trabalhos do corpus (16 artigos), seguido do Reino Unido (11 artigos) e da Bélgica (6 artigos). O Brasil possui três artigos no corpus deste período, dentre eles o trabalho de Tanscheit e Barbosa (2023) sobre a eleição presidencial brasileira de 2022, um dos primeiros trabalhos sobre a eleição no Brasil sob a ótica do voto econômico.

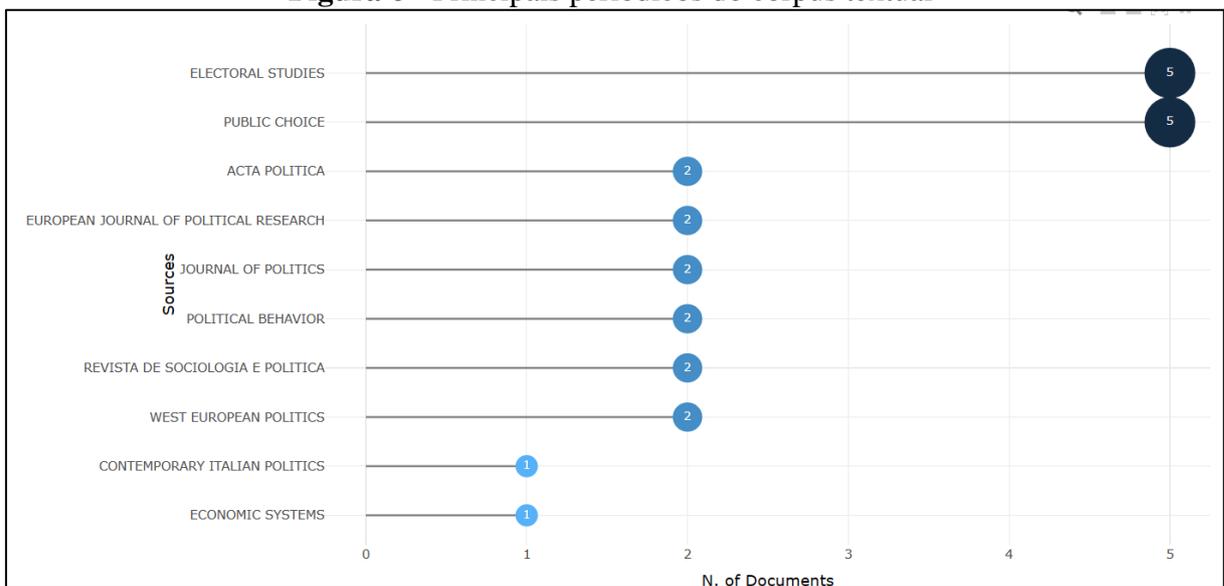
A primeira lei bibliométrica a ser apresentada é a Lei de Lotka, também conhecida como Lei do Quadrado Inverso, que remete à produtividade científica dos autores em um conjunto de documentos, afirmando que um pequeno número de estudiosos extremamente produtivos é responsável pela grande maioria das publicações (Vieira; Silva, 2023). Para representar essa lei no estudo desenvolvido, foi construída uma tabela com o ranqueamento dos autores que publicaram sobre o tema voto econômico. Como podemos verificar na Figura 5, desenvolvida com a base de dados construída neste trabalho, dois autores são os que mais se destacam.

Figura 5 - Quantidade de publicação por autor

Fonte: Elaboração própria.

Os dois principais autores estão presentes em 17,78% dos 45 artigos observados, sendo Stiers responsável por 6 trabalhos (13,33%) e Dassonneville por 2 estudos (4,44%), o que demonstra a aplicação da Lei de Lotka. Ou seja, esses dois pesquisadores são os que mais produzem dentro do conjunto de 45 trabalhos.

A análise também buscou mostrar a produtividade dos periódicos, utilizando novamente as ferramentas do *Bibliometrix*. Na Figura 6, podemos observar os oito principais periódicos que publicaram trabalhos sobre votação econômica.

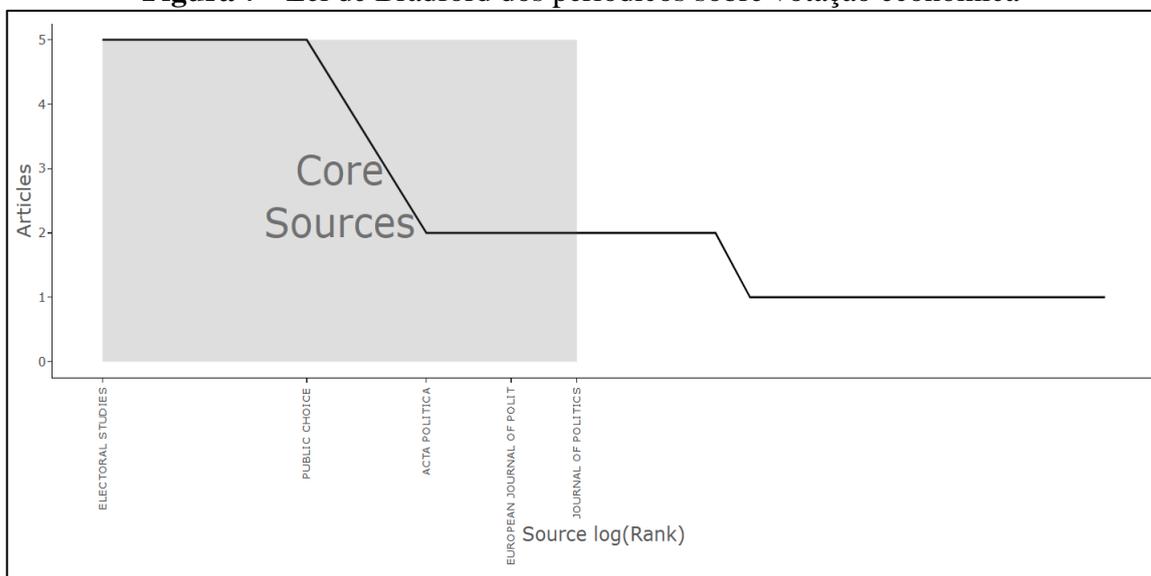
Figura 6 - Principais periódicos do corpus textual

Fonte: Elaboração própria.

Destacam-se na Figura 6, acima, os periódicos *Electoral Studies*, com foco em experiências internacionais sobre sistemas de votação e eleições, vinculado às áreas do conhecimento de Ciência Política e Relações Internacionais, e *Public Choice*, vinculado às áreas de Economia, Econometria, Finanças, Sociologia e Ciência Política.

A Lei de Bradford, ou Lei da Dispersão, diz respeito ao número de periódicos em uma área específica, afirmando que há um núcleo de periódicos mais dedicados a um determinado tema, o que facilita na decisão sobre a aquisição e o descarte de materiais na elaboração de um estudo. Analisando as publicações segundo a Lei de Bradford, pelo software *Bibliometrix*, é possível perceber na Figura 7 a concentração da produção acadêmica.

Figura 7 - Lei de Bradford dos periódicos sobre votação econômica



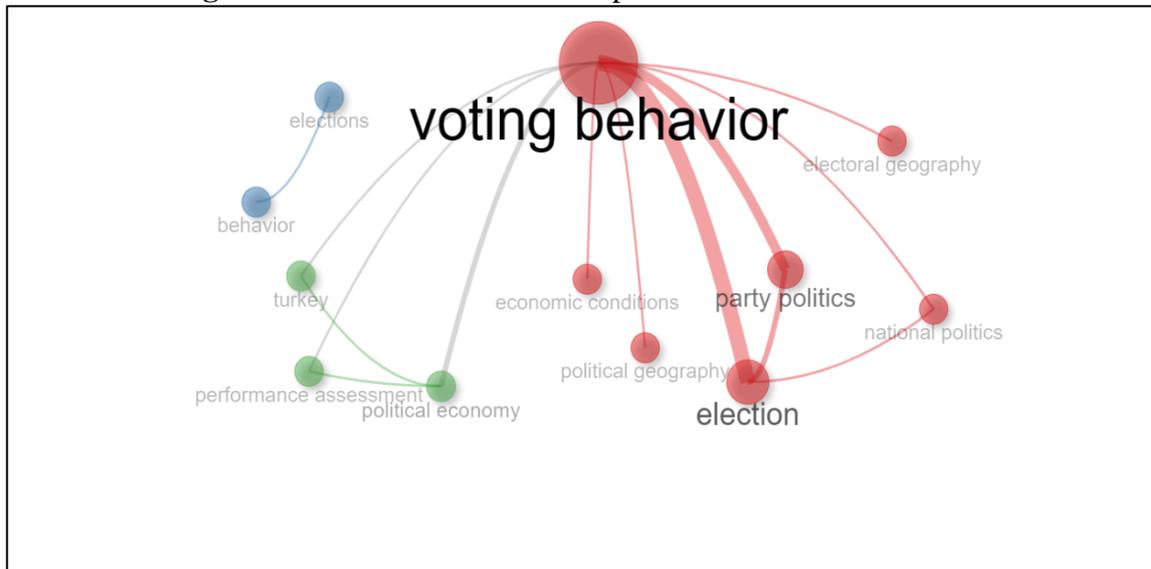
Fonte: Elaboração própria.

A concentração produtiva, ou *Core Sources*, está concentrada em cinco periódicos que, somados, totalizam 16 trabalhos, correspondendo a 35,56% do conjunto dos 45 artigos publicados. São eles: *Electoral Studies*, *Public Choice* (periódico que explora a interseção entre economia e ciência política), *Acta Politica* (revista de ciência política com escopo interdisciplinar), *European Journal of Political Research* (focado em estudos comparativos da política europeia) e *Journal of Politics* (revista de ciência política da Universidade de Chicago). Portanto, segundo a Lei de Bradford, a concentração da produção acadêmica em periódicos da área de Ciência Política sugere que esses periódicos desempenham um papel central e influente na temática do voto econômico.

Examinando agora a rede de palavras-chave que se forma pelas correlações entre os autores e seus pares, identificam-se os agrupamentos produtivos, ou *clusters*, como

demonstrado na Figura 8 abaixo. Os trabalhos podem ser divididos em três *clusters*, indicados pelas cores vermelha, verde e azul.

Figura 8 - Rede de ocorrência de palavras chaves sobre o tema



Fonte: Elaborado pelo autor.

A maior frequência de palavras-chave se encontra no grupo vermelho, com sete termos, enquanto o grupo verde possui três palavras, sendo as três ligadas ao tema principal do *cluster* vermelho, e o grupo azul possui dois termos. A alta frequência de palavras-chave neste *cluster* indica que o comportamento eleitoral (*voting behavior*) é um tema central, ligado a nove termos em dois *clusters*. O segundo termo com maior frequência é eleição (*election*), que está ligado também a partidos políticos (*party politics*) e políticas nacionais (*national politics*). O *cluster* vermelho é o mais proeminente, indicando uma forte concentração de pesquisa no tema do comportamento eleitoral, ao mesmo tempo que sugere uma diversidade de aspectos relacionados ao comportamento dos eleitores, como preferências, motivações, geografia do voto e condições econômicas. Já os *clusters* verde e azul, embora menos proeminentes que o vermelho, ainda estão ligados ao tema principal do comportamento eleitoral. O *cluster* verde contém uma conexão direta com o *cluster* vermelho. O *cluster* azul parece estar mais relacionado a aspectos institucionais e contextuais das eleições, como partidos políticos e políticas nacionais. A presença de apenas três palavras-chave no *cluster* verde e de duas no azul sugere que esses temas podem ser menos explorados em comparação com o comportamento eleitoral.

Utilizando o recurso visual da nuvem de palavras, podemos ter uma outra demonstração das palavras-chave observadas, conforme a Figura 9 apresenta.

Figura 9 - Nuvem de palavras



Fonte: Elaboração própria.

A nuvem de palavras acima destaca o termo *voting behavior* como a palavra-chave mais citada nos periódicos sobre voto econômico, com oito aparições. Logo depois vêm *election*, com cinco aparições; *party politics*, com quatro aparições; e *political economy* e *vote*, com três aparições cada. Em resumo, a observação da nuvem de palavras-chave destaca um forte interesse nos temas do voto econômico e sua relação com outros aspectos da política, como eleições, política partidária e economia política. Isso sugere uma abordagem interdisciplinar na análise das decisões políticas dos eleitores e das estratégias dos atores políticos em relação às questões econômicas.

Com base no material coletado para a análise sistemática, foi construída, na Tabela 3, uma amostra dos resumos dos dez artigos mais citados do corpus textual, contendo o(s) autor(es), o título, o ano de publicação, o periódico onde foi publicado, o objetivo do trabalho e a quantidade de citações.

Tabela 3 - Dez principais artigos sobre voto econômico do corpus

AUTOR(ES)	TÍTULO	ANO	PERIÓDICO	OBJETIVO	CITAÇÕES
Evans G.; Pickup M.	<i>Reversing the causal arrow: The political conditioning of economic perceptions in the 2000-2004 U.S. presidential election cycle</i>	2010	<i>Journal of Politics</i>	Investigar a relação dinâmica entre as percepções econômicas retrospectivas e diversas medidas de aprovação de preferências políticas, partidarismo e voto no ciclo eleitoral presidencial dos EUA de 2000-2004,	161

				usando o painel de 2000, 2002 e 2004.	
Matthieß T.	<i>Retrospective pledge voting: A comparative study of the electoral consequences of government parties' pledge fulfilment</i>	2020	<i>European Journal of Political Research</i>	O trabalho traz a discussão sobre o governo que descumpre promessas feitas em campanha e suas consequências nas eleições posteriores.	41
Becher M.; Donnelly M.	<i>Economic performance, individual evaluations, and the vote: Investigating the causal mechanism</i>	2013	<i>Journal of Politics</i>	Fornece estimativas da ligação entre o desempenho macroeconómico, as avaliações económicas individuais e a escolha do voto.	34
Hopkins D.J.; Pettingill L.M.	<i>Retrospective Voting in Big-City US Mayoral Elections</i>	2018	<i>Political Science Research and Methods</i>	Desenvolve hipóteses sobre como a votação retrospectiva local pode diferir do seu análogo nacional, devido tanto a fontes de informação diferentes como à presença de referências nacionais.	32
Hollanders, D; Vis, B	<i>Voters' commitment problem and reforms in welfare programs</i>	2013	<i>Public Choice</i>	O trabalho utiliza um modelo de teoria dos jogos para mostrar os impactos que uma reforma impopular tem sobre o eleitor médio durante tempos de crise económica, comparando a momentos de estabilidade.	24
Hjermitslev I.B.	<i>The electoral cost of coalition participation: Can anyone escape?</i>	2020	<i>Party Politics</i>	Esta análise exploratória examina se todos os membros dos governos de coligação sofrem o custo eleitoral de governar de forma igual. Comparo o desempenho eleitoral	22

				dos membros juniores da coligação, do primeiro-ministro de uma coligação e de governos de partido único.	
Easaw, J	<i>It's all 'bad' news! Voters' perception of macroeconomic policy competence</i>	2010	<i>Public Choice</i>	Objetivo do artigo é considerar como os eleitores formam percepções sobre a competência da política macroeconômica, concentrando-se no papel das notícias macroeconômicas recentes	20
Amaral O.E.; Ribeiro P.F.	Por que Dilma de novo? Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014	2015	Revista de Sociologia e Política	Artigo propõe uma análise exploratória sobre os determinantes da votação para presidência nos dois turnos das eleições brasileiras de 2014, com base nos resultados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB).	18
Lacy D.; Christenson D.P.	<i>Who Votes for the Future? Information, Expectations, and Endogeneity in Economic Voting</i>	2017	<i>Political Behavior</i>	Utilizando dados das eleições presidenciais dos EUA de 1980 a 2004, estimamos um modelo de escolha de voto que inclui todas as quatro avaliações econômicas, bem como moderadores de informação e incerteza.	18
Fortunato D.; Stevenson R.T.	<i>Performance voting and knowledge of cabinet composition</i>	2013	<i>Electoral Studies</i>	Um breve ensaio que fornece provas de que dos mecanismos de votação retrospectiva e do efeito condicionante da sofisticação política sobre o voto econômico.	18

No corpus textual, três estudos fazem referência ao contexto brasileiro, sendo que apenas o trabalho de Amaral e Ribeiro (2015) está entre os dez mais citados. Os outros dois são o artigo de Veiga e Ross (2016), publicado no periódico *Opinião Pública*, com o título “*Os determinantes da avaliação da economia na eleição presidencial brasileira em 2014*”, e o trabalho de Tanscheit e Barbosa (2023), publicado na *Revista de Ciência Política*, com o título “*Una Batalla de dos Presidentes: Lula vs. Bolsonaro en las Elecciones Brasileñas de 2022*”.

O trabalho de Amaral e Ribeiro (2015) sobre a eleição de Dilma Rousseff analisa o comportamento eleitoral brasileiro que optou por continuar apoiando a candidata do PT, utilizando métodos quantitativos, como dados relativos à percepção da renda, retirados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB). O estudo mostra que o eleitorado em 2014 sentiu que a economia havia melhorado no último ano, o que fez com que a popularidade da ex-presidente aumentasse, e ela conquistasse o pleito em 2014, apesar das manifestações contrárias ao governo.

O trabalho de Veiga e Ross (2016) também analisou as eleições de 2014 sob a perspectiva do eleitor sociotrópico retrospectivo. Segundo os autores, mesmo sem conhecimento objetivo da situação econômica do país, o eleitor brasileiro tende a fazer avaliações subjetivas de sua condição econômica e a votar com base nessa reflexão, o que enfraquece a teoria do voto econômico, pois o eleitor não estaria se baseando em fatos. A pesquisa foi quantitativa, utilizando dados no nível macroeconômico, tendo como variável dependente o resultado eleitoral obtido pelos partidos do mandatário e como variáveis independentes informações da macroeconomia, como crescimento, inflação e desemprego.

Por fim, o trabalho de Tanscheit e Barbosa (2023) faz uma comparação entre as principais direções tomadas por Lula, em seus dois governos, e o governo Bolsonaro. Analisando as estratégias de campanha utilizadas por esses dois candidatos em 2022, que trouxeram as conquistas de seus respectivos governos como forma de persuadir o eleitor, o estudo utiliza a bibliografia disponível sobre o tema e dados socioeconômicos para comparar os dois períodos.

O presente estudo de RSL encontrou limitações ao buscar outras análises de votação econômica regionais ou semelhantes à conduzida no Brasil. Muitos dos estudos descartados utilizavam várias democracias para suas análises, elaborando um modelo econométrico com variáveis que são difíceis de obter em nível municipal, como, por exemplo, a taxa de inflação do país e políticas de incentivo à exportação.

4. ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2022

O Brasil já passou por dez eleições após a redemocratização (1989 até 2022), nas quais houve alternância de poder entre os partidos. De 2002 a 2014, o eleitorado manteve um alinhamento com o Partido dos Trabalhadores, resultando nas vitórias de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. No entanto, em 2018, os eleitores brasileiros optaram por um novo direcionamento, elegendo Jair Bolsonaro como Presidente da República, quebrando a hegemonia petista. Braga e Zolnerkevic (2020) afirmam que o eleitor brasileiro tende a modificar seu realinhamento eleitoral em resposta a traumas sociais e ao peso emocional, ou seja, memórias de períodos de crise e identificação partidária com um grupo político específico. Essa mudança eleitoral, motivada por crises retrospectivas, pode ser observada nas eleições de 2002, 2018 e 2022.

Atualmente, a eleição presidencial no Brasil acontece a cada quatro anos e vence o candidato que obtiver a maior quantidade de votos válidos, sendo um direito e uma obrigação para a população votar. O eleitorado tem a opção de escolher entre o conjunto de candidatos que estão concorrendo ao cargo público, mas pode anular o voto ou votar em “branco”, por não se sentir representado pelos políticos elegíveis no momento.

A relação entre economia e decisão de votos pode ser mostrada em diversos momentos da história do Brasil, como as eleições de 1998, 2002 e 2006. Mostrando que a pauta da economia é importante para a manutenção do poder.

Como Filgueiras (2000) mostra em seu trabalho “A História do Plano Real”, com a implementação do chamado “Plano real”, no governo Itamar Franco, tendo como Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, também conhecido como FHC, colocou a inflação sobre controle, contendo os aumentos excessivos dos preços dos produtos, que vinha sendo a meta de governos passados durante toda década de 80, a chamada década perdida, com isso, houve uma melhoria do poder de compra do brasileiro, o que na disputa eleitoral de 1998, em que os principais concorrentes eram FHC e Luiz Inácio Lula da Silva, o povo escolhesse FHC, muito influenciados pelo sucesso, até o momento, do Plano real.

Em outro momento de seu trabalho, Filgueira (2000) fala que o governo de FHC foi repleto de crises, e financiamento da dívida externa, motivada pela paridade do real como o Dólar americano, o que fez com que, em 2002, o eleitorado brasileiro não elegeesse o seu substituto e colega de partido, José Serra, escolhendo dar a vitória a Lula.

Lula venceu as eleições de 2002 e 2006, porém houve uma mudança no perfil de voto de uma eleição para outra. Na eleição de 2002, Lula foi bem-sucedido nas regiões mais

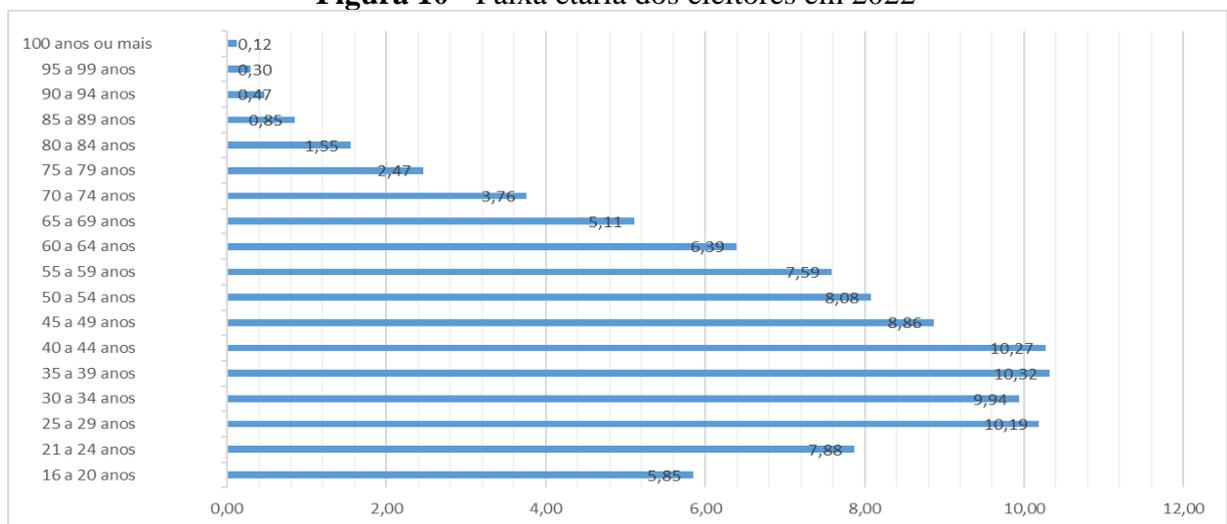
desenvolvidas do país, porém, em 2006 ele viu sua base eleitoral mudar para as regiões menos desenvolvidas, melhorando seu desempenho nas regiões Norte e Nordeste (Canêdo-Pinheiro, 2015). Essa migração de votos se deve às políticas de distribuição de renda, que fez com que o atual governo da época conquistasse a afeição do eleitorado mais pobres e menos desenvolvido.

No ano de 2022, o País contava com 156.454.011 eleitores aptos a votar, sendo as mulheres a maioria (52,65%), distribuídos em termos percentuais entre as regiões da seguinte maneira: 8,03% no Norte, 27,11% no Nordeste, 7,38% no Centro-oeste, 42,64% no Sudeste e 14,42% no Sul (TSE, 2023).

No que diz respeito à escolaridade dos eleitores nessa eleição, dentre a quantidade total dos aptos a votar, predominavam os indivíduos que concluíram o ensino médio (26,31%), seguido por aqueles que não concluíram o ensino médio (22,97%), os que possuem nível superior completo (10,95%) e em menor parcela os não alfabetizados (4,05%) (STE, 2023).

Com relação à faixa etária dos eleitores de 2022, como demonstrado na Figura 10, verifica-se maior concentração de eleitores em três grupos: de 40 a 44 anos (10,27%), de 35 a 39 anos (10,32%) e 25 a 29 anos (10,19%). Já os eleitores de 16 a 20 anos, a parcela mais jovem, correspondia a 5,85% do total de votantes aptos.

Figura 10 - Faixa etária dos eleitores em 2022



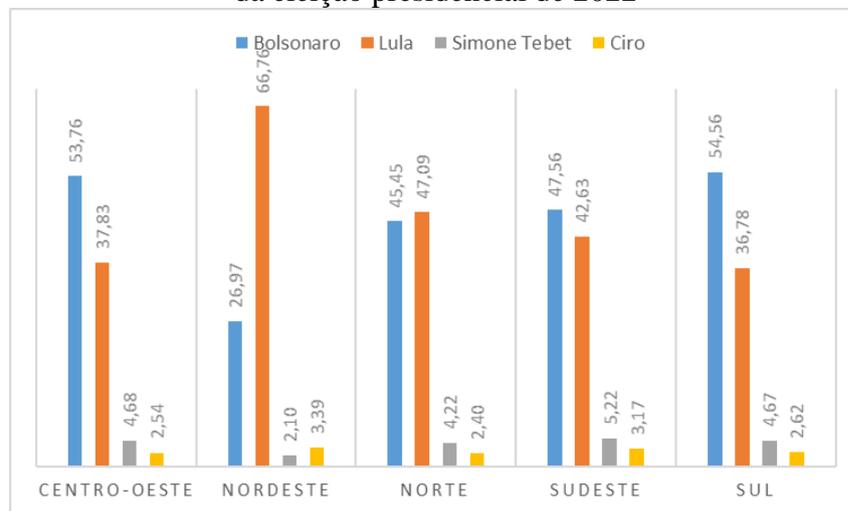
Fonte: Elaboração própria (TSE, 2023).

A eleição de 2022 se tornou histórica, pois foi a primeira vez que, desde a redemocratização, um presidente em exercício enfrentou um ex-presidente, que conquistou uma boa avaliação de seus governos (Barifouse, 2022). Jair Messias Bolsonaro, na época em que se elegeu pertencia ao Partido Social Liberal (PSL), foi eleito em 2018, para comandar o país até 2022, e, seu principal adversário, Luiz Inácio Lula da Silva, Partido dos Trabalhadores (PT),

foi presidente em dois mandatos - o primeiro de 2003 até 2006, e o segundo foi de 2007 até 2010.

O primeiro turno das eleições ocorreu no dia 02 de outubro de 2022. Foram pouco mais de 123 milhões de votos depositados nas urnas ao redor do Brasil e de brasileiros em outros países. O resultado colocou Lula em primeiro lugar na disputa eleitoral, com 48,43% dos votos válidos, seguido pelo candidato à reeleição, que conseguiu 43,20%, anunciando que haveria segundo turno entre os dois. Simone Tebet (MDB) conquistou 4,16%, sendo a terceira colocada, e Ciro Gomes (PDT) obteve 3,04% dos votos válidos (TSE, 2023). A Figura 11 mostra a divisão dos votos por região.

Figura 11 - Percentual de voto dos quatro principais candidatos, por região, no primeiro turno da eleição presidencial de 2022



Fonte: Elaborado pelo autor (TSE, 2023).

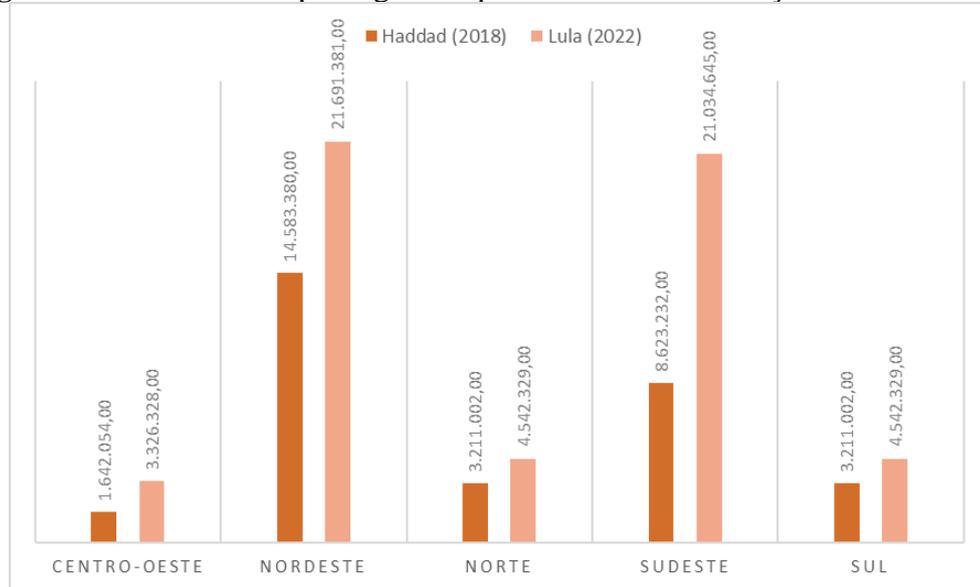
Observa-se na Figura 11 que o primeiro turno da eleição presidencial foi acirrado entre os dois principais candidatos, Lula e Bolsonaro, principalmente nas regiões Norte e no Sudeste, em que a diferença entre os dois não era mais que cinco pontos percentuais. O Nordeste, historicamente, tem uma predileção pelo petista, enquanto que o Centro-Oeste e o Sul votaram em Bolsonaro, sendo a Região Sul a que teve melhor desempenho. Em terceiro lugar, ficou Simone Tebet, candidata que vinha crescendo nas pesquisas e que terminou com uma média de 4,1% dos votos, quantidade que seria decisiva para os candidatos no segundo turno.

Vale mencionar que Lula e Bolsonaro tiveram juntos cerca de 92 por cento dos votos válidos no primeiro turno, mostrando uma concentração entre esses dois candidatos e não sobrando espaço para o terceiro e quarto lugar e os outros competidores.

Se compararmos os resultados do primeiro turno de 2022 com os de 2018, em que o candidato Fernando Haddad, também filiado ao PT, enfrentou Bolsonaro, na época pertencente

ao PL, é possível constatar um crescimento da aceitação popular do Partido dos Trabalhadores, conforme mostra a Figura 12.

Figura 12 - Votos no PT por região no primeiro turno das eleições de 2018 e 2022

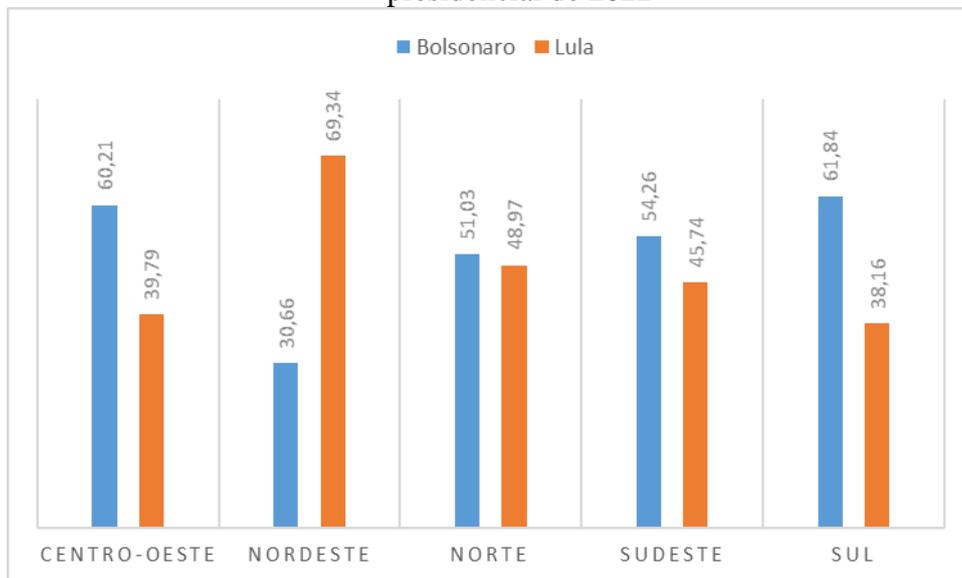


Fonte: Elaborado pelo autor (TSE, 2023).

Conforme a Figura 12, da eleição de 2018 para a de 2022, o PT teve um aumento expressivo em sua quantidade de votos nas regiões Centro-oeste e Sudeste, sendo um crescimento de 102,57% no primeiro e 143,92% no segundo. As localidades em que o Partido dos Trabalhadores teve menor taxa de crescimento em absoluto foram no Sul e no Norte, ambas com 41%. E por fim, no Nordeste o aumento foi de 48,74%.

A estratégia de campanha do PT, para o segundo turno, continuou sendo apostar na “memória afetiva”, relembrando o eleitor das conquistas sociais e econômicas do período em que esteve no poder. Enquanto isso, Bolsonaro continuava a fornecer auxílios financeiros, no valor médio de R\$600,00, com o programa "Renda Brasil", apelando para o voto de bolso do eleitorado, que tinha prazo para seu fim no ano de 2022 (Travezani; Natalio, 2023). A Figura 13 apresenta o pleito eleitoral por região, a partir da distribuição dos votos regionais.

Figura 13 - Percentual de voto dos dois candidatos, por região, no segundo turno da eleição presidencial de 2022

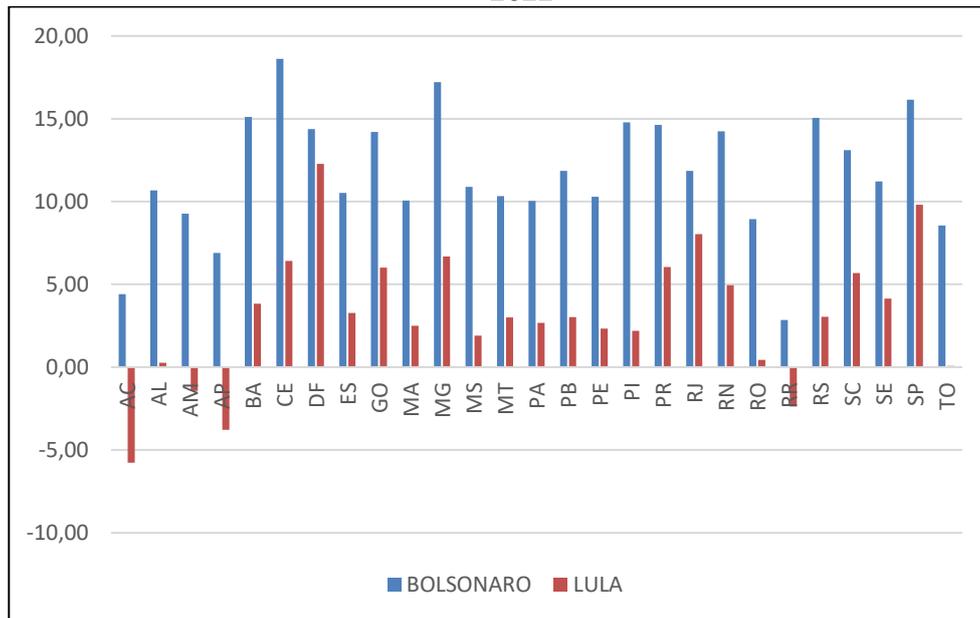


Fonte: Elaborado pelo autor (TSE, 2023).

Se no primeiro turno Lula tinha vencido em duas regiões (Nordeste e Norte), no segundo só obteve vitória, em uma delas. Bolsonaro venceu como uma boa margem no Centro-oeste, 60,21% a 39,79%, e no Sul, 61,84% a 38,16%. No Norte e no Sudeste a diferença foi pequena para o candidato à reeleição, sendo 2,06%, e 8,52%, respectivamente. Porém, o maior percentual de votos se deu no Nordeste, 69,34% a favor do petista contra 30,66%, uma diferença de 38,68% de aceitação, o que tornou a região decisiva para o pleito de 2022.

É possível observar também como foi a migração de votos dos dois principais candidatos do primeiro para o segundo turno, apresentado o comportamento dos eleitores dos candidatos que não estiveram no segundo turno, conforme a Figura 14.

Figura 14 - Migração de votos do primeiro para o segundo turno de Bolsonaro e Lula em 2022



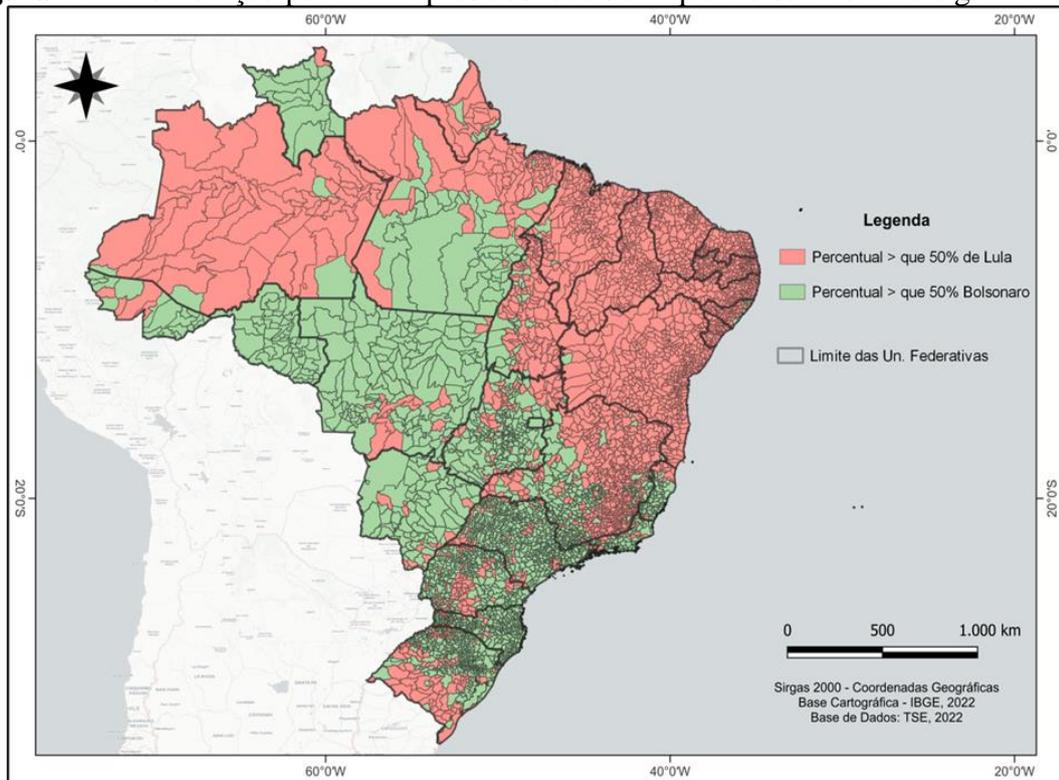
Fonte: Elaborado pelo autor com base no site do TSE (2023).

A Figura 14 mostra que houve um aumento significativo na migração de votos do primeiro para o segundo turno nos estados brasileiros em favor de Bolsonaro, sendo o maior no Ceará, que teve um aumento de 18,63%, seguido por Minas gerais, com acréscimo de 17,22%, e São Paulo, com 16,15%. Enquanto que para Lula, a migração foi favorável no Distrito federal, com 12,28%, e em São Paulo, com 9,82%, porém, teve perda de votos em quatro Unidades federativas: Acre, como uma redução de 5,78%, Amapá, caiu 3,78%, Roraima, queda de 2,37%, e Amazonas, com uma queda de 1,44%, mostrando uma subida na rejeição do candidato do PT da passagem de um turno para outro.

De todo modo, a derrota de Bolsonaro pode ser atribuída a vários fatores, durante o período em que esteve no poder. A condução da pandemia, a perda do apoio de liderança de outras organizações políticas e a piora na economia são os principais motivos que explicam o aumento da rejeição ao governo bolsonarista (Barifouse, 2022, p. 2).

Segundo dados do TSE, Bolsonaro saiu vencedor em 2.443 cidades, cerca de 43,8%, enquanto que Lula foi vencedor em 3125 municípios, cerca de 56,1% (TSE,2022). Com base nesses resultados, a Figura 15 mostra uma representação geográfica da distribuição dos votos por município.

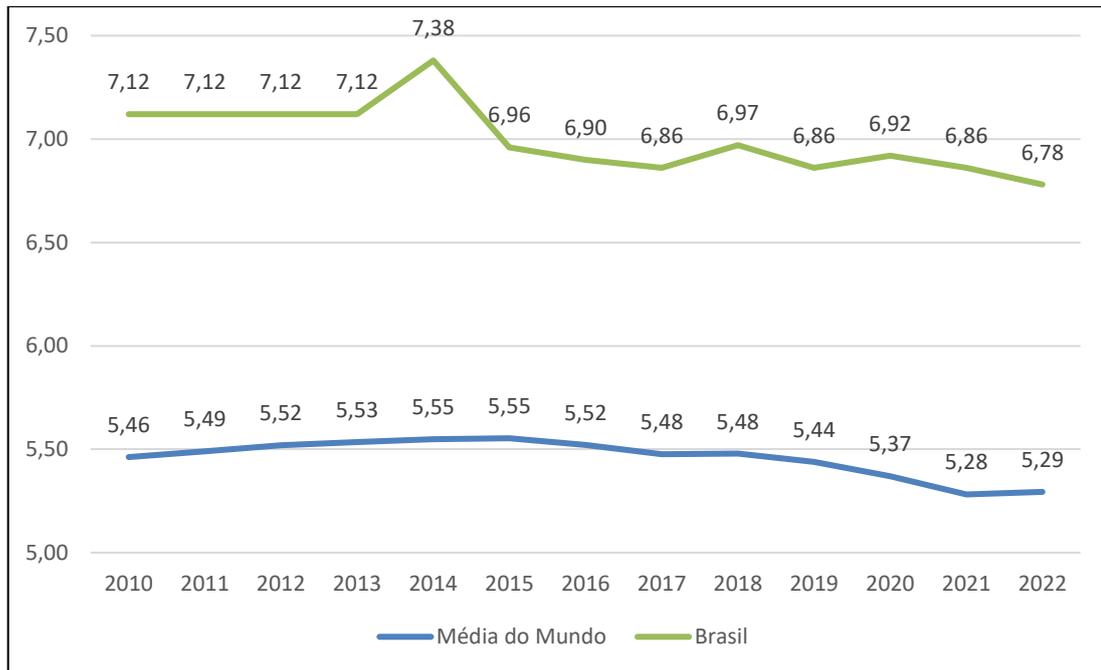
Figura 15 - Distribuição por municípios dos locais em que Bolsonaro e Lula ganharam



Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se no mapa acima, que os municípios da região Nordeste revelam preferência à Lula, e o Centro-oeste do país optou por Bolsonaro. Já nas regiões Norte e Sudeste os candidatos ficaram empatados tecnicamente, sendo Minas Gerais o estado onde a disputa foi mais acirrada, em que a parte superior preferiu Lula e a parte inferior optou por Bolsonaro. Na região Sul, há uma preferência dos eleitores maior por Bolsonaro.

No que diz respeito ao ranking Democracy index, que mede o grau de democracia em 167 países, o Brasil ocupava a posição 51^o, em 2022, das economias mais democráticas (IBRD, 2024), como mostra a Figura 16, a partir de uma comparação da evolução da pontuação do Brasil com a média mundial, entre 2010 a 2022.

Figura 16 - Índice Democracia do Brasil e da Média Mundial de 2010 até 2022

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do IBRD (2024).

O Índice de democracia baseia-se em 60 indicadores, agrupados em cinco categorias: processo eleitoral e pluralismo, liberdades civis, funcionamento do governo, participação política e cultura política. O Brasil possui processo eleitoral robusto e célere, devido ao uso das urnas eletrônicas, mas perdeu pontos devido à alta polarização, sobretudo em 2022, o que conferiu ao país o status de uma democracia imperfeita, segundo a própria avaliação do *International Bank for Reconstruction and Development* (IBRD, 2024).

4.1 Economia brasileira nos governos Lula

Um dos fatores que podem explicar o êxito na eleição presidencial de 2022 é a memória afetiva das condições econômicas e políticas dos governos Lula, por isso, é preciso ter em mente esse recorte temporal e como ele contrasta com o governo de Jair Bolsonaro. No ano de 2002 foi eleito para presidente do Brasil o Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que venceu as eleições no segundo turno com 61,27% dos votos válidos, contra José Serra (PSDB), que obteve 38,73% (TRE, 2023).

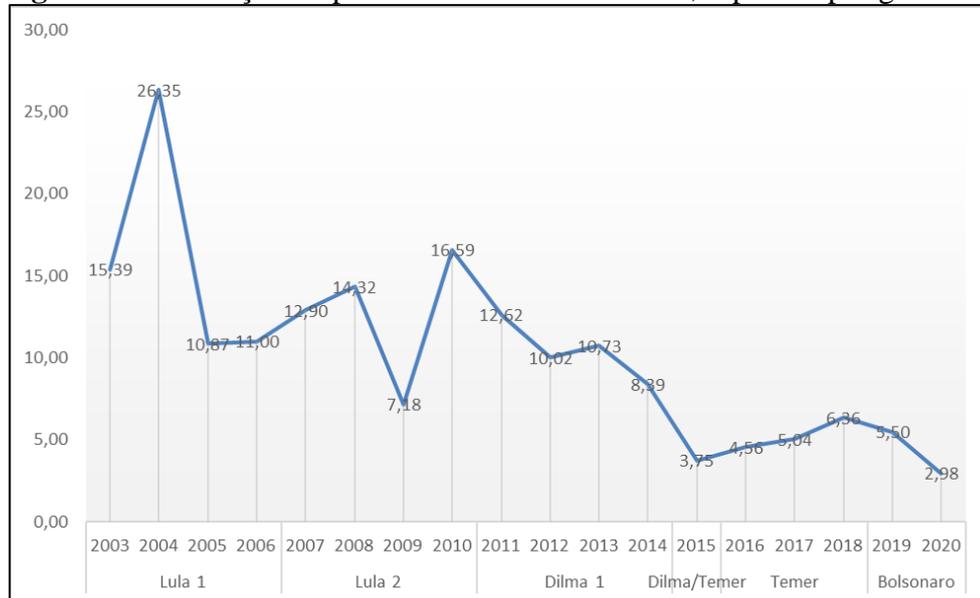
O primeiro governo Lula é marcado por uma condição externa favorável como o *boom* das *commodities* (como petróleo, minérios e produtos agrícolas), pelo crescimento da demanda da China, que beneficiou vários países da América latina no começo do século XXI (Carvalho, 2017, p.15). A economia brasileira viveu no começo de 2003 uma fase de expansão, com o

aumento das exportações o que, em parte, viabilizou a implementação de políticas sociais de distribuição de renda que seriam propulsoras da redução da desigualdade nacional.

As políticas sociais implementadas no primeiro governo Lula foram desenvolvidas em três direções: (1) distribuição de renda, principalmente pelo programa “Bolsa Família”; (2) acesso ao crédito consignado para famílias e empresas; e (3) melhoria da infraestrutura (Carneiro, 2018).

A gestão Lula buscou o crescimento do país pelo lado da demanda, criando um mercado consumidor de massa. O investimento num mercado consumidor de massa tinha como objetivo a redução da desigualdade de renda e da pobreza, por colocar mais recursos na mão da população de baixa renda. Todo o dinheiro recebido por famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade era quase que totalmente destinado a obtenção de alimentos e necessidades básicas, o que contribuiu para a economia e para a condição de vida dessas pessoas (Marques; Mendes, 2008). Tais ações do governo fizeram com que houvesse um crescimento da produção interna do país, conforme a evolução do crescimento do PIB brasileiro apresentado na Figura 17.

Figura 17 - Evolução do percentual do PIB no Brasil, separado por governos



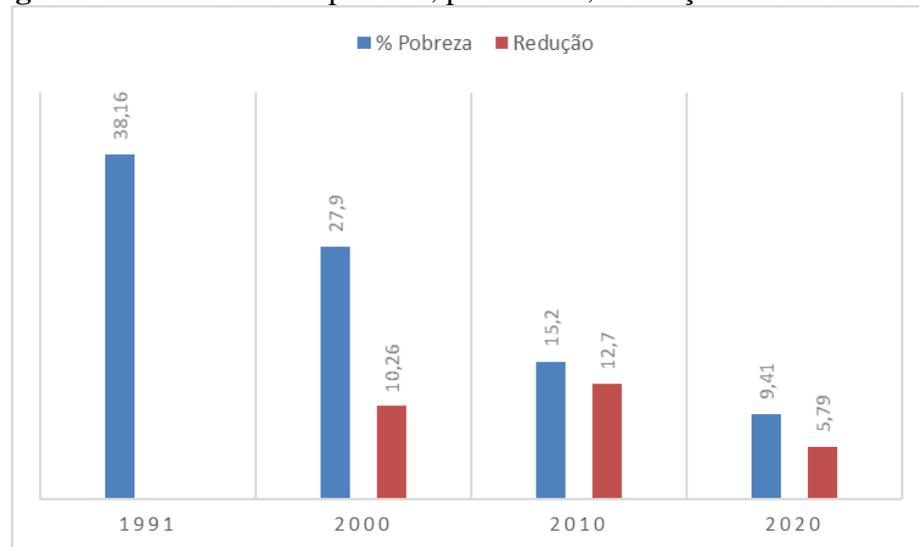
Fonte: Elaboração própria (IBGE, 2023).

Observando a taxa de crescimento do PIB do período compreendido entre 2003 e 2020, constata-se que o período de maior crescimento do PIB se dá no primeiro mandato de Lula, chegando ao pico em 2004 com uma taxa de 26,35% ao ano, e mantendo-se 10% a 11%, em 2005 e 2006. No segundo governo Lula, o crescimento teve uma queda para 7,18% em 2009,

mas logo voltou a subir para 16,59%, no final da segunda gestão. O menor resultado de crescimento nesse intervalo de quatro gestões presidenciais, foi no governo Bolsonaro, com uma taxa de 2,98% em 2020, seguindo uma tendência de queda que vinha da gestão Temer.

A estratégia de redução da pobreza por investimentos na demanda contribuiu para a diminuição do número de famílias que se encontravam em condição de vulnerabilidade social, como é demonstrado na Figura 18, a partir do percentual do número de pessoas consideradas pobres ao longo das décadas.

Figura 18 - Percentual de pobreza, por década, e redução de 1991 até 2020

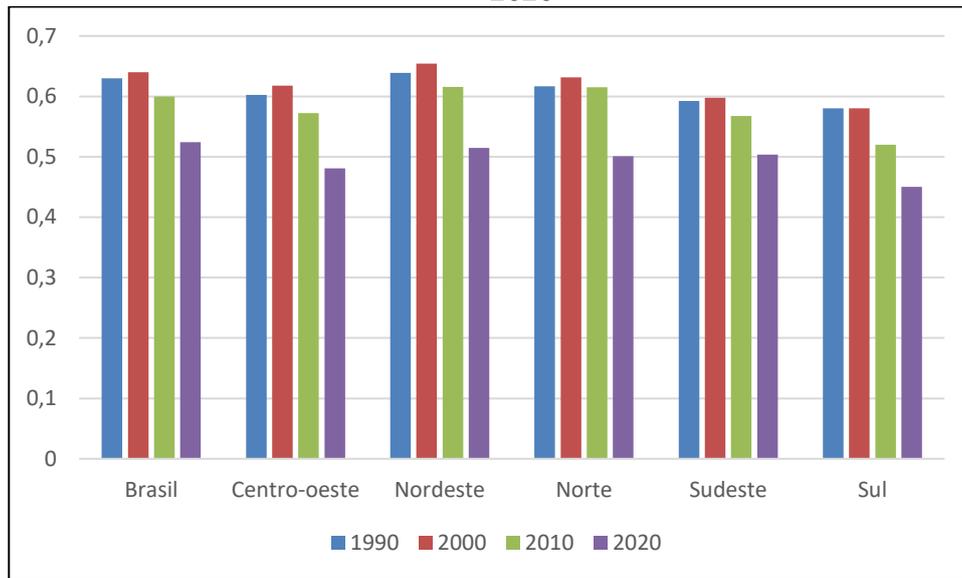


Fonte: elaboração própria (Atlas Brasil, 2023).

Em 1991 o percentual de pobreza era de 38,16%, já em 2000, esse valor caiu 10,26%, chegando a 27,90%. Entre 2000 e 2010 observa-se a maior queda, de 12,70%, chegando ao índice 15,20%. E em 2020, uma queda de 5,79%, terminando com 9,41%.

A Figura 19 apresenta a mudança no índice de Gini, que mede o grau de desigualdade na distribuição de renda, das regiões brasileiras. O índice pode variar entre 0 e 1, e índice que quanto maior seu resultado, maior é a concentração de renda.

Figura 19 - Índice de Gini do Brasil e nas regiões brasileiras nos anos 1990, 2000, 2010 e 2020



Fonte: elaborado pelo autor (Atlas Brasil, 2023).

Entre 1990 e 2000, houve um crescimento da concentração de renda nas regiões, com exceção do Sul, que se manteve constante. Já entre 2000 e 2010, todas as regiões apresentaram queda no índice de Gini, sendo o maior percentual de queda no Sul do país. Entre 2010 e 2020, houve uma queda mais expressiva, do que a da década anterior, mais sentida nas regiões Norte e Nordeste. Contudo, a região Nordeste é o local que tem apresentado maiores índices de concentração de renda, se comparado ano a ano com as demais regiões.

4.2 Economia brasileira no Governo Bolsonaro

Para melhor compreensão dos reflexos da economia na eleição presidencial do ano de 2022, segue um breve panorama da gestão de Bolsonaro, com base em indicadores selecionados. Admite-se nessa pesquisa que os resultados do seu mandato devem ser levados em consideração na disputa eleitoral, tendo em vista que o candidato que está exercendo o poder durante as eleições provavelmente possui certa vantagem em relação aos adversários.

Em 2014-2015, o Brasil vivia uma crise econômica e institucional no governo de Dilma Rousseff (PT). Segundo Filho e Terra (2023), a três fatores que promoveram as crises de 2015: (1) escândalos de corrupção que envolvia vários partidos políticos, sobretudo o partido dos trabalhadores; (2) forte recessão econômica; e (3) crise fiscal, com o descumprimento da lei de responsabilidade fiscal e o aumento da dívida pública, de 51,5% do PIB em 2013 para 65,5% em 2015, o que resultou em desequilíbrio nas contas do governo. As crises fizeram crescer o sentimento na população brasileira de insatisfação com o governo e a ideia que o mal principal

do Brasil era a corrupção. Essa insatisfação das esferas públicas e privadas culminou no Impeachment de Dilma Rousseff em agosto de 2016, assumindo seu vice, Michel Temer (MDB). Em seu governo, Temer implementou uma agenda liberal marcada por: (1) reforma trabalhista, deixando os acordos empregatícios no âmbito do contratante e contratado, reduzindo o poder dos sindicatos; (2) teto de gasto, um congelamento de 20 anos nos gastos públicos; e (3) e uma proposta de reforma da seguridade social, que só seria aprovada depois de seu governo em 2019 (Paula; Machado; Cannone, 2023).

Neste contexto, surge o Deputado federal Jair Messias Bolsonaro, na época filiado ao PSL, com uma retórica conservadora e de combate a corrupção, liberalização da economia, dando continuidade às pautas defendidas pelo governo Temer. Junto com o economista liberal Paulo Guedes, que viria a ser seu Ministro da economia, a campanha de Bolsonaro foi formada tendo valores nacionalista e o populismo conservador, por parte do candidato do PSL, e o neoliberalismo com a redução do estado, por parte de Guedes (Paula; Machado; Cannone, 2023). Em outubro de 2018, Bolsonaro venceu no segundo turno com 55,18% dos votos válidos, contra 44,87% de Fernando Haddad (TSE, 2023). Colocando fim a consecutividade das vitórias do Partido dos Trabalhadores vinha tendo desde 2002.

O plano de Bolsonaro e Guedes era de continuar a agenda liberal, através de um plano de privatizações e encolhimento do estado. Porém, como mostra Araújo (2023), essas ações foram freadas por um “pragmatismo eleitoral”:

Nossa hipótese de um pragmatismo eleitoral sob contexto de neoliberalismo radical precisa ser compreendida nos marcos de um governo que, no seu decurso, precisou acomodar expansão de gasto público na gestão da pandemia e também medidas capazes de melhorar a popularidade do presidente candidato à reeleição, sem abrir mão de sua orientação econômica mais geral. Em outras palavras, tal pragmatismo é perfeitamente compatível com um neoliberalismo radical iniciado no governo Temer.

Com o início da pandemia de Covid-19 em 2020, até o fim de seu governo, Bolsonaro descumpriu a agenda liberal proposta anteriormente por Guedes, tanto na ação dos danos causado pela pandemia, como também para aumentar sua popularidade frente ao eleitorado, por conta disso, estendeu o “auxílio Brasil”, programa do governo que dava R\$600,00 para a famílias atingidas pela crise, até o ano final de seu governo (Paula; Machado; Cannone, 2023).

5. METODOLOGIA

Para a elaboração do presente trabalho, a primeira etapa consistiu na formulação da pergunta de pesquisa orientada pela estratégia “PICOS”: P – População; I – Intervenção; C – Comparação; e O – *Outcomes*, que representa o “Desfecho”; S – *Studies*, o tipo de estudo abordado (Santos; Pimenta e Nobre, 2007), conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - Estratégia PICOS aplicado na pesquisa

Descrição	Abreviação	Componentes da pergunta
POPULAÇÃO	P	Votos válidos do segundo turno da eleição presidencial de 2022 por município.
INTERVENÇÃO	I	Variáveis econômicas observáveis dos governos Lula (2003-2010) e do governo Bolsonaro (2018-2022).
COMPARAÇÃO	C	Relação entre os votos conquistados por Bolsonaro em 2022 com os resultados econômicos obtidos por Lula em seus dois primeiros mandatos e o resultado econômico do governo Bolsonaro nos municípios brasileiros.
DESFECHO	O	A influência do voto econômico retrospectivo em Lula no insucesso da reeleição de Bolsonaro.
ESTUDO	S	Método quantitativo com dados em corte transversal.

Fonte: Elaboração própria.

Com base na estratégia PICOS acima, foi possível construir o desenho da pesquisa inicialmente conduzida a partir da revisão da literatura acerca do tema, conforme apresentado no capítulo 3 desta dissertação. Na segunda etapa, foram levantados dados para testar a hipótese de pesquisa por meio de dois modelos de regressão múltiplas descritos a seguir.

5.1. Dados

A partir dos dados dos boletins de urna disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), foram coletados os votos municipais dos candidatos à Presidência da República em 2022 do segundo turno. Foram considerados apenas os votos válidos, retirando os brancos e nulos. Após o levantamento, os votos foram transformados em percentuais de aceitação, conforme a equação (7) abaixo.

$$\%Aceitação\ de\ Bolsonaro = 100 \times \left(\frac{Votos\ em\ Bolsonaro}{Votos\ de\ Bolsonaro + Votos\ em\ Lula} \right) \quad (7)$$

Foram coletados dados do Instituto de Brasileiro Geográfico e Estatístico (IBGE) e da plataforma Atlasbrasil.com. para construção das variáveis independentes a saber: média do crescimento do PIB real do primeiro e segundo mandatos do candidato Lula (denominados Lula 1 e Lula 2) por município “ i ”; variação percentual do índice de pobreza ($Pobreza_{Lula, i}$) e variação percentual do índice de gini ($GINI_{Lula, i}$), com base nas informações censitárias disponíveis dos anos 2000 e 2010, por município; e a média de crescimento do PIB da gestão Bolsonaro ($MPIB_{Bolsonaro, i}$), por município, com base nas observações anuais disponíveis, isto é, 2019, 2020, 2021.

A coleta e a transformação dos dados foram realizadas para cada município brasileiro, porém, alguns deles tiveram de ser removidos do conjunto de observações por terem sido criados após o ano de 2003 (início do primeiro mandato do Lula). Os municípios para os quais não havia disponibilidade de dados para todo o período da análise são: Paraíso das águas (MS), Mojuí dos Campos (PA), Nazário (PI), Pinto Bandeira (RS), Balneário Rincão (SC) e Ponte Alta do Norte (SC). Também foram retirados os municípios do estado de Minas gerais, por ser um estado muito dividido entre Lula e Bolsonaro (resultados de segundo turno equilibrados entre os candidatos), o que poderia interferir nas análises posteriores. Também foi excluída a observação do Distrito Federal. Desta forma, o modelo foi construído com base no total de 4.711 observações.

Tanto o crescimento médio do PIB real, como a variação do índice de pobreza e do índice de Gini, dos dois mandatos de Lula, são medidas consideradas válidas para captar os efeitos do voto econômico retrospectivo, servindo para testar a hipótese do efeito memória afetiva na eleição presidencial de 2022.

5.1. Modelos de Regressão

Para analisar a influência dos aspectos econômicos do período em que Lula esteve no poder (2003-2010), sobre o desempenho de Bolsonaro na sua tentativa à reeleição de 2022, foram construídos dois modelos econométricos de regressão múltipla com dados de corte transversal.

No primeiro modelo, como variável dependente tem-se o percentual de votos válidos de Bolsonaro ($\%Bolsonaro_i$), e como variáveis de resposta o de natureza econômica, demográfica, social e local. Conforme a equação 7 abaixo.

$$\begin{aligned} \%Bolsonaro_i = & \beta_0 + \beta_1 MCPIB_{Lula\ 1,\ i} + \beta_2 MCPIB_{Lula\ 2,\ i} + \beta_3 Pobreza_{Lula,\ i} + \beta_4 Gini_{Lula,\ i} + \beta_5 MCPIB_{Bolsonaro,\ i} \\ & + \beta_6 Gini\ 2010_i + \beta_7 reda\ 2010_i + \beta_8 ensino_fundamental_i + \beta_9 raz_dep_2010_i + \beta_{10} Sexo(f)_i \\ & + \beta_{11} dcor_i + \beta_{12} Evang_penteco_i + \beta_{13} Popurb_i + \beta_{14} Prefeito_PT_i + \beta_{15} Prefeito_Outros_i \\ & + \mu_i \end{aligned} \quad (7)$$

Já no segundo modelo, foram introduzidas *dummies* por estado, com o intuito de perceber a influência no voto municipal de particularidades ou especificidades associadas à Unidade federativa a que o município pertence, conforme a equação 8 abaixo.

$$\begin{aligned} \%Bolsonaro_i = & \beta_0 + \beta_1 MCPIB_{Lula\ 1,\ i} + \beta_2 MCPIB_{Lula\ 2,\ i} + \beta_3 Pobreza_{Lula,\ i} + \beta_4 Gini_{Lula,\ i} + \beta_5 MCPIB_{Bolsonaro,\ i} \\ & + \beta_6 Gini\ 2010_i + \beta_7 reda\ 2010_i + \beta_8 ensino_fundamental_i + \beta_9 raz_dep_2010_i + \beta_{10} Sexo(f)_i \\ & + \beta_{11} dcor_i + \beta_{12} Evang_penteco_i + \beta_{13} Popurb_i + \beta_{14} Prefeito_PT_i + \beta_{15} Prefeito_Outros_i + \beta_{16} \\ & dummy_AC + \beta_{17} dummy_AL + \beta_{18} dummy_AM + \beta_{19} dummy_AP + \beta_{20} dummy_BA + \beta_{21} dummy_CE \\ & + \beta_{22} dummy_ES + \beta_{23} dummy_GO + \beta_{24} dummy_MA + \beta_{25} dummy_MS + \beta_{26} dummy_MT + \beta_{27} \\ & dummy_PA + \beta_{28} dummy_PB + \beta_{29} dummy_PE + \beta_{30} dummy_PI + \beta_{31} dummy_PR + \beta_{32} dummy_RJ + \\ & \beta_{33} dummy_RN + \beta_{34} dummy_RO + \beta_{35} dummy_RR + \beta_{36} dummy_RS + \beta_{37} dummy_SC + \beta_{38} \\ & dummy_SE + \beta_{39} dummy_SP + \beta_{40} dummy_TO + \mu_i \end{aligned} \quad (8)$$

As *dummies* são variáveis qualitativas binárias que servem para identificar se uma observação possui, ou não, uma determinada característica, associando o número “0” para as que não têm, e “1” para as que possuem (Gujarati; Porter, 2011). Para o modelo acima exposto, foi feita uma *dummy* para cada estado, onde foi atribuído o valor um para os municípios, pertencente aquela unidade federativa e zero para os demais, com o objetivo de captar características que são próprias de cada localidade, como questões culturais, gestão governamental, social, que não estão presentes no modelo econômico. A Tabela 5 reúne a síntese descritiva das variáveis adotadas no modelo.

Tabela 5 - Descrição das variáveis do Modelo

Variável	Descrição
%Bolsonaro	Percentual dos votos válidos conquistados por Bolsonaro no segundo turno em 2022 por município.
MCPIB _{Lula 1}	Média do crescimento do PIB real durante o primeiro governo Lula, por município.
MCPIB _{Lula 2}	Média do crescimento do PIB real durante o segundo governo Lula, por município.
Pobreza _{Lula}	Variação da taxa de pobreza de 2000 até 2010 por município.
GINI _{Lula}	Variação do Índice de Gini de 2000 até 2010 por município.
MCPIB _{Bolsonaro}	Média do crescimento do PIB real durante o governo Bolsonaro por município.

Gini 2010	Índice de Gine em 2010.
renda_2010	Renda per capita das Famílias em 2010
ensino_fundamental	Percentual de habitantes que possuem, apenas, o ensino médio, por município.
raz_dep_2010	População potencialmente ativa (entre 15 e 65 anos).
Sexo(f)	Percentual de mulheres por município.
dcor	Percentual de Negros por município.
Evang_penteco	Percentual de Evangélicos por município.
Popurb	Percentual da população urbana por município.
Prefeito_PT	Prefeito do PT eleitos em 2020 em relação a prefeito do PL.
Prefeito_Outros	Prefeito de outros partidos, diferente do PT, em relação a prefeito do PL.
dummy_AC	Variável Binária referente ao Estado do Acre.
dummy_AL	Variável Binária referente ao Estado de Alagoas.
dummy_AM	Variável Binária referente ao Estado do Amazonas.
dummy_AP	Variável Binária referente ao Estado do Amapá.
dummy_BA	Variável Binária referente ao Estado da Bahia.
dummy_CE	Variável Binária referente ao Estado do Ceará.
dummy_ES	Variável Binária referente ao Estado do Espírito Santo.
dummy_GO	Variável Binária referente ao Estado de Goiás.
dummy_MA	Variável Binária referente ao Estado do Maranhão
dummy_MG	Variável Binária referente ao Estado de Minas gerais.
dummy_MS	Variável Binária referente ao Estado do Mato Grosso do Sul.
dummy_MT	Variável Binária referente ao Estado do Mato Grosso.
dummy_PA	Variável Binária referente ao Estado do Pará.
dummy_PB	Variável Binária referente ao Estado da Paraíba.
dummy_PE	Variável Binária referente ao Estado de Pernambuco.
dummy_PI	Variável Binária referente ao Estado do Piauí.
dummy_PR	Variável Binária referente ao Estado do Paraná.
dummy_RJ	Variável Binária referente ao Estado do Rio de Janeiro
dummy_RN	Variável Binária referente ao Estado do Rio Grande do Norte.
dummy_RO	Variável Binária referente ao Estado de Rondônia.
dummy_RR	Variável Binária referente ao Estado de Roraima.
dummy_RS	Variável Binária referente ao Estado do Rio Grande do Sul.
dummy_SC	Variável Binária referente ao Estado de Santa Catarina.
dummy_SE	Variável Binária referente ao Estado de Sergipe.
dummy_SP	Variável Binária referente ao Estado de São Paulo.
dummy_TO	Variável Binária referente ao Estado do Tocantins.
μ	Termo de Erro

Fonte: Elaborado pelo autor.

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Tabela 6 abaixo apresenta a distribuição da estatística descritiva, evidenciando os valores máximos e mínimos, média e mediana dos percentuais de votos à reeleição de Bolsonaro em 2022, a média do crescimento real do PIB no primeiro e segundo governo Lula, e do governo Bolsonaro (2018-2021), e a variação percentual do índice de Gini e de pobreza, do conjunto de municípios do modelo.

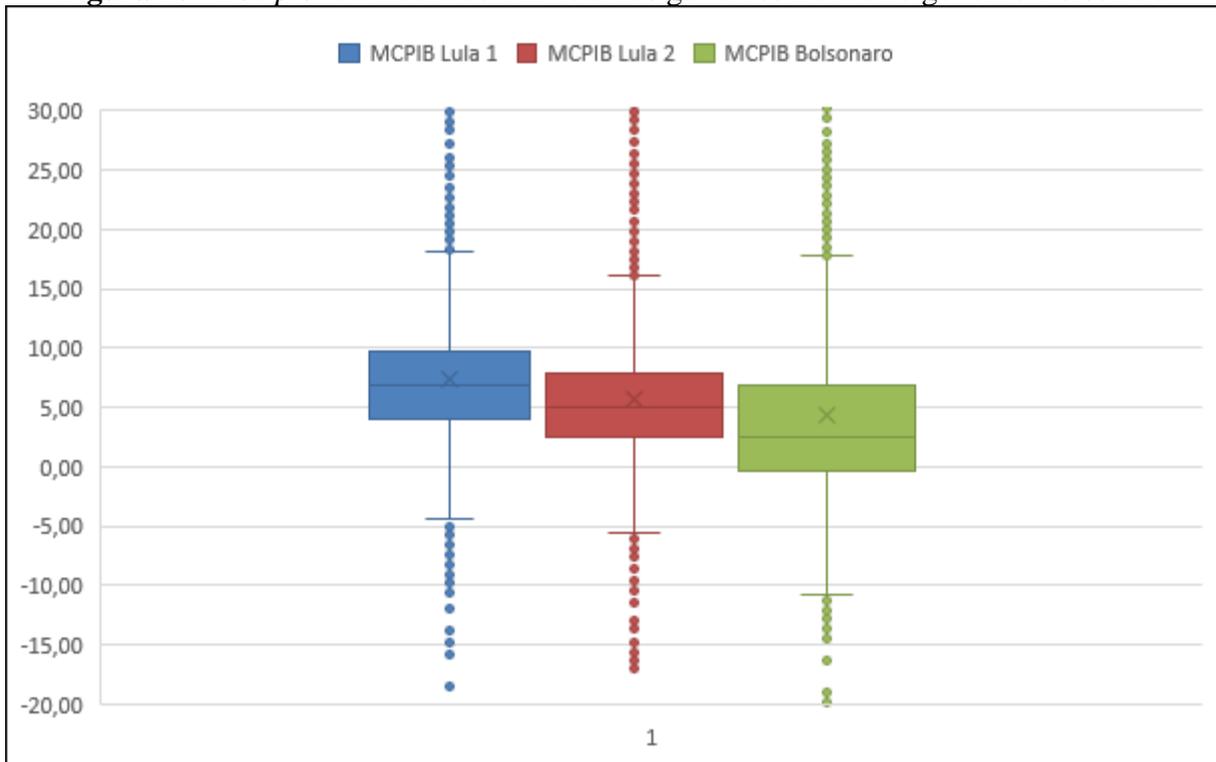
Tabela 6 - Estatística descritiva do modelo

	Máximo	Média	Desvio Padrão	Mínimo
Votos Bolsonaro	88,992	44,064	18,763	6,142
PIB_lula_1	131,715	7,528	6,789	-18,510
PIB_lula_2	356,721	5,725	9,342	-21,014
Var_Pobreza	22,080	-17,848	8,860	-76,910
Var_Gini	51,063	-9,002	11,533	-50,000
PIB_bolsonaro	175,403	4,590	9,827	-50,460
gini 2010	0,800	0,494	0,066	0,280
renada_2010	2043,740	493,651	234,289	96,250
ensino_fundamental	78,040	33,755	11,080	9,410
raz_dep_2010	118,040	51,483	8,949	29,170
Sexo(f)	54,241	49,504	1,569	18,908
dcor	93,344	51,591	23,659	0,417
evang_penteco	52,107	11,052	6,542	0,000
popurb	1,000	0,638	0,220	0,042

Fonte: Elaborado pelo autor.

A aceitação de Jair Bolsonaro esteve no intervalo de 6,14% - 88,99%, com uma média de 44,12% de votos por município. Ressalte-se que foi no primeiro mandato de Lula que se apresentou a maior taxa média de crescimento do produto, bem como a redução da pobreza, em média, de 17,79%. Da mesma forma, observa-se uma redução na desigualdade de distribuição de renda nos municípios, em média, de 8,53%. Para uma melhor visualização do comportamento do crescimento do PIB, nos três mandatos, a Figura 20 mostra uma representação gráfica em *box plot*.

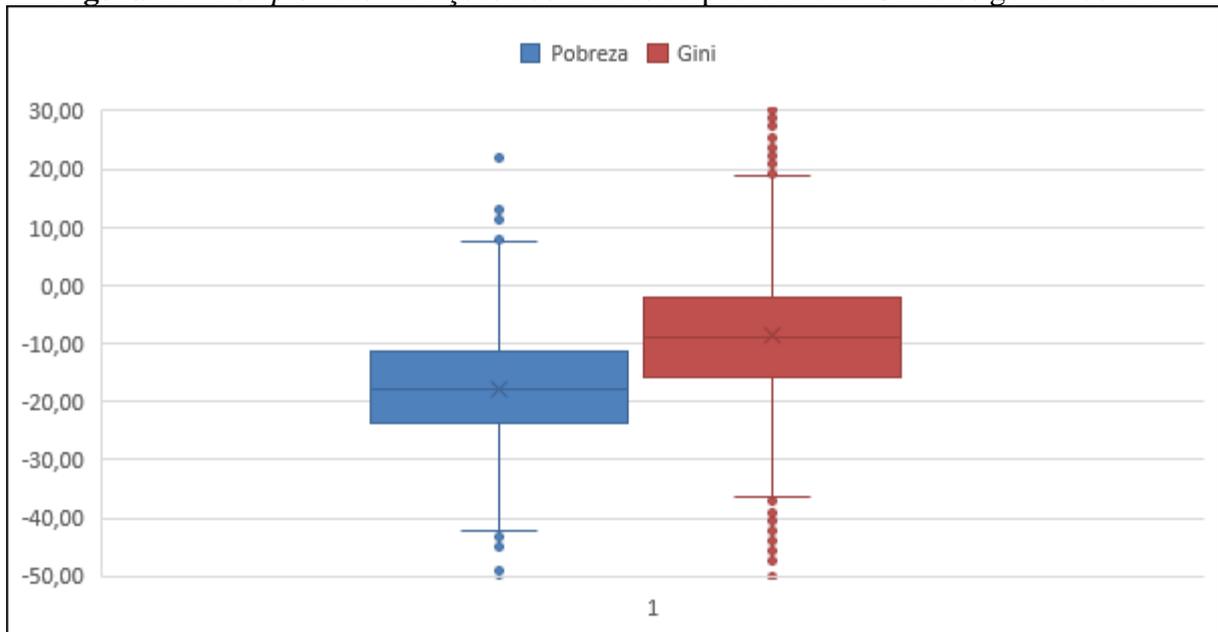
Figura 20 - *Box plot* da média do PIB real nos governos Lula e no governo Bolsonaro



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como exposto na Figura 20, quando comparado a média do crescimento do PIB real dos três governos evidencia-se que o primeiro governo Lula obteve maior crescimento do PIB real (7,30%), em relação ao seu segundo mandato, como média de 5,84%, e ao período em que Bolsonaro esteve no poder, onde PIB teve o crescimento médio de 4,47%.

É possível comparar ainda as variações do índice de pobreza e do índice de Gini, nos municípios brasileiros, conforme apresentado na Figura 21.

Figura 21 - *Box plot* das variações dos índices de pobreza e de Gini dos governos Lula

Fonte: Elaborado pelo autor.

O *Box plot* da Figura 21 mostra que, em média, houve maior redução na pobreza (-17,79%) comparada à concentração de renda, representada pelo índice de Gini, durante os dois primeiros mandatos de Lula.

A Tabela 6 apresenta coeficientes estimados dos modelos de regressão múltipla, bem como os p-valores associados a cada coeficiente para interpretar os efeitos das variáveis sobre a aceitação de Bolsonaro (%Aceitação de Bolsonaro). Os coeficientes representam o efeito médio em %Aceitação de Bolsonaro (percentual de votos válidos) para cada unidade de mudança nas variáveis independentes, mantendo todas as outras variáveis constantes.

Tabela 6 - Análise de dados em corte transversal do voto econômico retrospectivo nos municípios brasileiros

	Modelo 1			Modelo 2		
	Coefficiente	Erro padrão Robusto	P- valor	Coefficiente	Erro padrão Robusto	P- valor
Intercepto	124,862	9,382	0,000	85,776	4,326	0,000
PIB_lula_1	-0,054	0,017	0,761	0,014	0,017	0,380
PIB_lula_2	0,230	0,011	0,039	0,009	0,008	0,246
Var_Pobreza	0,196	0,019	0,000	0,126	0,016	0,000
Var_Gini	-0,107	0,013	0,000	-0,031	0,114	0,007
PIB_bolsonaro	0,101	0,016	0,000	0,297	0,009	0,003
Gini_2010	-25,870	3,022	0,000	-28,956	2,633	0,000
renada_2010	0,037	0,002	0,000	0,024	0,001	0,000
ensino_fundamental	-0,066	0,024	0,786	-0,084	0,021	0,000

raz_dep_2010	-0,013	0,033	0,698	-0,208	0,030	0,000
Sexo(f)	-1,635	0,186	0,000	-0,418	0,084	0,000
dcor	-0,223	0,012	0,000	-0,220	0,012	0,000
evang_penteco	0,759	0,027	0,000	0,413	0,022	0,000
popurb	0,251	0,962	0,794	3,965	0,818	0,000
Prefeito PT	-1,362	0,829	0,100	-1,591	0,711	0,025
Prefeito Outros	0,370	0,467	0,000	0,021	0,399	0,957
dummy_AC	-	-	-	34,889	1,980	0,000
dummy_AL	-	-	-	2,790	0,960	0,004
dummy_AM	-	-	-	4,927	1,475	0,001
dummy_AP	-	-	-	11,070	2,274	0,000
dummy_BA	-	-	-	-5,744	0,520	0,000
dummy_CE	-	-	-	-7,427	0,654	0,000
dummy_ES	-	-	-	9,106	0,938	0,000
dummy_GO	-	-	-	4,482	0,595	0,000
dummy_MA	-	-	-	-2,137	0,617	0,001
dummy_MS	-	-	-	7,205	0,706	0,000
dummy_MT	-	-	-	16,084	0,795	0,000
dummy_PA	-	-	-	8,938	0,005	0,000
dummy_PB	-	-	-	-9,403	0,597	0,000
dummy_PE	-	-	-	-9,424	0,554	0,000
dummy_PI	-	-	-	-9,353	0,585	0,000
dummy_PR	-	-	-	4,530	0,549	0,000
dummy_RJ	-	-	-	5,716	0,904	0,000
dummy_RN	-	-	-	-7,807	0,789	0,000
dummy_RO	-	-	-	24,348	0,823	0,000
dummy_RR	-	-	-	36,516	2,434	0,000
dummy_RS	-	-	-	0,167	0,655	0,789
dummy_SC	-	-	-	6,555	0,707	0,000
dummy_SE	-	-	-	-2,575	0,633	0,000
dummy_SP	-	-	-	1,026	0,502	0,041
dummy_TO	-	-	-	6,931	0,656	0,000

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Modelo 1 apresenta os resultados da regressão múltipla com quinze variáveis explicativas e o estimador de intercepto. Observa-se que o valor do intercepto indica que, mantendo todas as variáveis constantes, a quantidade de aceitação eleitoral de Bolsonaro na eleição presidencial de 2022 seria de 123,86%.

Os resultados do Modelo 1 indicam que, das quinze variáveis explicativas, nove são estatisticamente significativas. São elas: a variação da pobreza, a variação do índice de Gini, o crescimento médio do PIB real durante o governo Bolsonaro, o índice de Gini em 2010, a renda per capita das famílias em 2010, a proporção de mulheres, a proporção de pessoas negras, a proporção de pessoas de denominação evangélica protestante e os locais onde os prefeitos

eleitos em 2018 não pertencem ao PT. Tais variáveis apresentam influencia na tomada de decisão dos eleitores.

Ao avaliar as variáveis econômicas, observamos que a variação da pobreza, ocorrida durante os governos Lula I e Lula II, apresenta uma relação positiva com os votos para Bolsonaro, o que corrobora a literatura clássica de Downs (1999), que versa sobre a relação entre pioras nas condições sociais e a intenção de voto. Como a média das variações da pobreza nos municípios foi negativa, conforme apresentado anteriormente na Tabela 6, temos um fator que faz com que a população se sinta satisfeita em votar em Lula em 2022. Entretanto, quando as variações do índice de Gini, no mesmo período, apresentam uma relação inversa aos votos em Bolsonaro, isso implica que, quanto menos concentrada a renda de um determinado local, maior a aceitação do candidato do PL.

Observando o voto econômico do eleitor míope, ou seja, o eleitor que vota influenciado pelos acontecimentos recentes da economia, temos a variável que representa a média do crescimento real do PIB durante o governo Bolsonaro, que apresenta uma correlação positiva com sua aceitação nas urnas. Esse fato corrobora o que foi apresentado por Fernandes e Fernandes (2013) sobre a relação entre desempenho econômico e maximização de votos no Brasil.

As variáveis de 2010, índice de Gini e renda das famílias, apresentam resultados divergentes. O índice de Gini demonstra uma correlação negativa com os votos em Bolsonaro, seguindo o mesmo padrão da variação do Gini durante os governos Lula, enquanto a renda das famílias em 2010 se mostra diretamente proporcional.

Partindo para as variáveis sociodemográficas, o Modelo 1 apresenta as variáveis referentes à proporção de mulheres por município, caracterizando o voto feminino, daqueles que se declaram pretos e pardos, e dos que se declaram evangélicos neopentecostais, grupo que ficou em evidência nas eleições de 2022. Analisando os resultados referentes ao voto feminino, observa-se uma correlação negativa com os votos em Bolsonaro, ou seja, o público feminino apresenta uma maior propensão a não votar em Bolsonaro em comparação aos homens. Já os que se autointitulam negros apresentam uma relação negativa com a aceitação ao candidato do PL, o que implica dizer que há uma propensão de eleitores negros a não votarem em Bolsonaro. Por fim, os eleitores que dizem pertencer a centros de denominação evangélica mostram uma relação positiva com o candidato, evidenciando a conexão entre Bolsonaro e o eleitorado evangélico, como apresentado por Tanscheit e Barbosa (2023) em seu trabalho sobre a eleição presidencial de 2022

Por fim, o Modelo 1 apresenta variáveis correspondentes aos prefeitos eleitos em 2020, buscando uma relação de localidade e influência no voto dos eleitores pertencentes a determinado local. Tendo como referência os prefeitos que fazem parte do mesmo partido de Jair Bolsonaro, o Partido Liberal, o Modelo 1 mostra que municípios que não são administrados por um prefeito filiado a outros partidos, exceto PT e PL, apresentam uma propensão positiva em votar em Bolsonaro.

Partindo para o Modelo 2 da Tabela 6, temos as mesmas variáveis do Modelo 1, com o acréscimo das variáveis *dummies* por unidade federativa, tendo os estados pertencentes a Minas Gerais como variável de referência. Ao analisar as variáveis explicativas não binárias do Modelo 2, observamos que as variáveis que são estatisticamente significativas são: variação da pobreza, variação do índice de Gini, média do crescimento do PIB real do governo Bolsonaro, renda das famílias referente a 2010, Gini de 2010, proporção da população com apenas o ensino médio, população potencialmente ativa, público feminino, eleitores que se declaram pretos ou pardos, percentual de evangélicos e percentual de famílias que moram em zona urbana.

No Modelo 2, assim como no Modelo 1, a variação da pobreza durante os governos Lula continua apresentando uma relação direta com os votos para Bolsonaro, enquanto a variação do índice de Gini mostra uma relação inversa com a aceitação do candidato do PL na eleição presidencial de 2022. A média do crescimento do PIB no Governo Bolsonaro apresenta uma relação direta com os votos. o que corrobora com o Modelo 1 e o trabalho de Fernandes e Fernandes (2013).

O índice de Gini e a renda das famílias em 2010 tiveram relações negativas e positivas, respectivamente, com a aceitação nas urnas em 2022 para Bolsonaro. Mostrando uma relação negativamente proporcional entre a variável que mensura a concentração de renda e prospecção de votos ao candidato a reeleição em 2022.

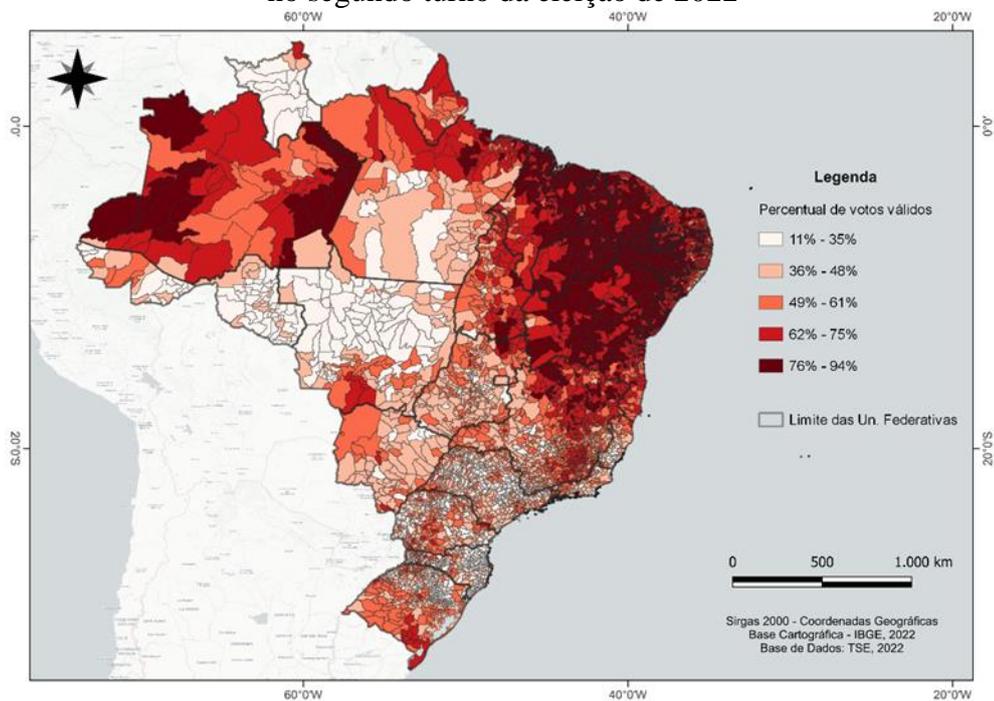
O voto do público feminino e dos negros (pretos e pardos) apresenta correlação negativa com o percentual de votos obtidos por Bolsonaro em 2022, ou seja, há uma tendência de menor apoio das mulheres e dos negros a Bolsonaro. Por outro lado, o Modelo 2 apresenta uma correlação direta com os eleitores que pertencem às denominações evangélicas, e da população urbana, reforçando a tese de aceitação do candidato do PL entre os evangélicos.

Examinando as variáveis binárias do Modelo 2, com os municípios de Minas Gerais como variável de referência, os municípios pertencentes aos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo não foram estatisticamente significativos. Observa-se que 15 estados apresentam relação positiva com os votos para Bolsonaro. São eles: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rio de Janeiro,

Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Tocantins. Isso implica que esses locais têm uma maior propensão a votar em Bolsonaro do que Minas Gerais.

Por outro lado, o Modelo 2 apresenta oito estados cujos municípios exibem correlação negativa com a aceitação de Bolsonaro em 2022. Esses estados são: Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, evidenciando uma oposição significativa ao candidato nos estados do Nordeste. Essa relação também pode ser observada nos resultados dos votos válidos do segundo turno para Lula, conforme mostrado na Figura 22.

Figura 22 - Distribuição por municípios do percentual de votos válidos conquistados por Lula no segundo turno da eleição de 2022



Fonte: elaboração própria.

A Figura 22 ilustra uma concentração de votos na região Nordeste, e em menor proporção no Norte, onde Lula obteve entre 76%- 94% e 62%- 75%, respectivamente, dos votos válidos. Em uma parte da região Sul e no Centro-Oeste, tem-se menor aceitação, variando em torno de 11% a 35%, cidades que pertencem a estados que, segundo o Modelo 2, apresentam *dummies* que impactam positivamente a aceitação de Bolsonaro.

Esse estudo revela que, ao comparar o efeito do desempenho econômico, medido pelo crescimento do PIB real, e do índice de pobreza e índice de Gini no percentual de aceitação de Bolsonaro, constata-se que há influência. De fato, os resultados sugerem que o impacto das mudanças no índice de pobreza e do índice de Gini sobre o percentual de aceitação de Bolsonaro

é tão significativo que se sobrepõe ao efeito do crescimento econômico. Considerando os coeficientes estimados e os p-valores, podemos determinar que a variável com maior influência direta, porém negativa sobre o desempenho eleitoral de Bolsonaro é o índice de Pobreza que diminuiu consideravelmente na gestão Lula, enquanto que o índice de Gini é a segunda variável com maior influência, uma vez que a concentração de renda também diminuiu nos mandatos anteriores de Lula e o impacto no percentual de aceitação de Bolsonaro foi positivo no Modelo 1 e negativo no Modelo 2.

No que diz respeito à perspectiva do voto retrospectivo, a variável Pobreza_{Lula} e MCPIB_{Lula 1} (no modelo 1) e Gini_{Lula} (no modelo 2) confirmam tal hipótese, de memória afetiva favorável à Lula, enquanto as demais favorecem a aceitação de Bolsonaro, sendo provavelmente menor o impacto do crescimento econômico, comparado às mudanças sociais decorrentes da redução da pobreza e da concentração de renda. O resultado obtido por Canêdo-Pinheiro (2015), ao analisar a reeleição de Lula confirma essa perspectiva, ao afirmar que o efeito eleitoral do crescimento econômico foi relativamente menos importante que o impacto do Programa Bolsa-Família.

Além disso, o Modelo 2, junto com a representação da distribuição de votos nos municípios, apresentada na Figura 22 acima, evidencia uma forte ligação entre o Nordeste e o candidato petista, região que foi decisiva para a vitória de Lula em 2022 no segundo turno.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar se aspectos econômicos impactaram na eleição presidencial de 2022, mais especificamente, se o desempenho econômico dos dois primeiros mandatos de Lula (2003-2006 e 2006-2010) influenciaram na tentativa de reeleição de Jair Messias Bolsonaro. O trabalho baseia-se na abordagem do voto econômico retrospectivo, onde os eleitores levam em consideração não apenas a situação econômica atual, mas também a trajetória econômica ao longo do tempo ao decidir seu voto.

Inicialmente, a partir da técnica de revisão sistemática da literatura foi possível analisar e sintetizar estudos sobre o voto econômico retrospectivo e prospectivo para melhor compreensão dos principais métodos e resultados obtidos quanto aos efeitos de variáveis socioeconômicas sobre o comportamento eleitoral. Os estudos incluídos na revisão examinaram como a retrospectiva econômica influencia o comportamento de voto e apresentam o progresso da literatura científica com a finalidade de identificar os principais autores, trabalhos e periódicos relacionados ao tema da votação econômica.

A partir da aplicação dos modelos de regressão múltiplas com corte transversal, os resultados mostraram que as variáveis índice de pobreza e o índice de Gini na gestão Lula (2003-2010), tiveram uma influência significativa no percentual de aceitação de Bolsonaro em 2022, enquanto o impacto do crescimento do PIB foi mais modesto. Isso sugere que questões relacionadas à distribuição de renda e desigualdade social podem ter sido mais preponderantes na decisão dos eleitores do que o desempenho econômico em si. As *dummies* tiveram impacto significativo em alguns estados, sobretudo da região nordeste, e destacam a complexidade das variáveis que influenciam o desempenho de Bolsonaro à reeleição em 2022, mostrando como fatores econômicos históricos, características regionais e a performance do próprio governo atual interagem para moldar o comportamento eleitoral.

Contudo, o impacto do crescimento econômico foi bastante modesto, principalmente no modelo 2, o que não garante a hipótese de memória afetiva neste caso. Neste sentido, a variável determinante ao aspecto do voto econômico retrospectivo neste estudo foi o índice de pobreza, que conforme foi visto apresentou queda no período Lula e afetou negativamente o percentual de aceitação de Bolsonaro. Curiosamente, a variação do índice de Gini mostrou que a redução da desigualdade social foi favorável à aceitação de Bolsonaro no modelo 1, mas no modelo 2 o efeito contrário foi altamente significativo. Ademais, levando em consideração que a região Sul do Brasil é a que possui menor desigualdade e também a região que proporcionalmente mais

votou em Bolsonaro, a questão geográfica deve ser investigada em novas pesquisas sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- AIDT, Toke S. **Economic voting and information**. Electoral Studies, nº 19, 2000.
- AMARAL, Oswaldo E. do; RIBEIRO, Pedro Floriano. **Por que Dilma de novo?** Uma análise exploratória do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2014. Revista Sociologia e Política, Vol. 23, 2015.
- ARAÚJO, Victor Leonardo de. **A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019 - 2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico**. Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, Rio de Janeiro, nº 1, 2023.
- ATLAS BRASIL, **Consulta de Tabelas**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.
- BARIFOUSE, Rafael. **Lula eleito: Os fatores que levaram Bolsonaro a ser o 1º presidente a não se eleger**. BBC News Brasil, São Paulo, 30 de outubro de 2022.
- BECHER, Michael; DONNELLY, Michael J. **Economic performance, individual evaluations, and the vote: Investigating the causal mechanism**. The Journal of Politics, vol. 75, nº 04, 2013.
- BOLZAN, Daiane Deponti. **Teoria dos Ciclos Político-econômicos: Interpretando a relação entre política e economia**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- BRAGA, Maria do Socorro; ZOLNERKEVIC, Aleksei. **Padrões de votação no tempo e no espaço: classificando as eleições presidenciais brasileiras**. Opinião Pública, Vol. 26, nº 1, Campinas, 2020.
- CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philip E.; MILLER, Warren; STOKES, Donald. **The American Voter**. The University of Chicago Press, 1960.
- CARNEIRO, Ricardo. **Navegando a contravento: Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff. Para além da política econômica**, Unicamp, São Paulo, 2018).
- CANÊDO-PINHEIRO, Mauricio. **Bolsa Família ou Desempenho da economia? Determinantes da reeleição de Lula em 2006**. Economia aplicada, V. 19, nº 1, 2015.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. **Avaliação do governo e “voto econômico”**. I Encontro Nacional ABCP, nº 48, Rio de Janeiro, 1999.
- CARAZZA, Bruno. **Dinheiro, Eleições e Poder: As engrenagens do sistema político brasileiro**. Companhia das Letras, 1º ed, São Paulo, 2021.
- CAVALHO, Laura. **Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico**, Unesp, São Paulo 2017.

DASSONNEVILLE, Ruth; LEWIS-BECK, Michael S. ; STIERS, Dieter. **The abiding voter: The lengthy horizon of retrospective evaluation.** *European Journal of Political Research* 59: p. 646–668, 2020.

DOWMS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da democracia.** Edusp, São Paulo, 1999.

EASAW, Joshy. **It's all 'bad' news!** Voters' perception of macroeconomic policy competence. *Public Choice*, Vol. 145, 2010.

ERIKSON, Robert S. **The American Voter and the Economy, 2008.** Columbia University, p. 467 – 471, 2009.

EVANS, Geoffrey; PICKUP, Mark. **Reversing the Causal Arrow: The Political Conditioning of Economic Perceptions in the 2000–2004 U.S. Presidential Election Cycle.** *The Journal of Politics*, vol. 72, nº4, 2010.

EVANS, Geoffrey; ANDERSEN, R. **The Political Conditioning of Economic Perceptions.** *The Journal of Politics*, 68, 194 - 207, 2006.

FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. **A Teoria da escolha racional na ciência política: Conceitos de racionalidade em teoria política.** *Revista brasileira de ciências sociais*, Vol. 16, nº 45, 2001.

FERNANDES, Ivan Filipe A. L.; FERNANDES, Gustavo Anfrey A. L. **O voto econômico no Brasil: evidências com dados em painel e em multinível.** III Seminário Discente da Pós-graduação em Ciência Política da USP, São Paulo, 2013.

FERNANDES, Ivan Filipe A. L.; FERNANDES, Gustavo Anfrey A. L. **A importância do crescimento econômico local na escolha do chefe do Executivo no Brasil.** *Revista de Administração Pública*, São Paulo, 2017.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real.** Boitempo, São Paulo, 2000.

FILHO, Fernando Ferrari; TERRA, Fábio Henrique B. **The political economy of Bolsonaro's government (2019-2022) and Lula da Silva's third term (2023-2026).** National Council for Technological and Scientific Development, Rio Grande do Sul, 2023.

FORTUNATO, David; STEVENSON Randolph. **Performance voting and knowledge of cabinet composition.** *Electoral Studies*, Vol. 32, 2013.

FRAILE, Marta; LEWIS-BECK, Michael S. **Economic voting in Spain: A 2000 panel test.** *Electoral studies*, vol. 29, p. 210-220, 2010.

GUJARATI, Damondar N; POTER, Dawn C. **Econometria Básica.** Ed.5, Boovkman, São Paulo, 2011.

HEALY, A.J.;MALHOTRA, N. **Retrospective Voting Reconsidered.** *Annual Review of Political Science*, 16, 285-306, 2013.

HJERMITSLEV, Ida B. **The electoral cost of coalition participation: Can anyone escape?.** Party Politics, Vol. 26, nº 4, 2020.

HOLLANDERS; David; VIS, Barbara. **Voters' commitment problem and reforms in welfare programs.** Public Choice, Vol. 28, 2013.

HOPKINS, Danoel J.; PETTINGILL, Lindsay M. **Retrospective Voting in Big-City US Mayoral Elections.** The European Political Science Association, 2017.

IBRD. **EIU Democracy Index.** The World Bank. Disponível em: <https://prosperitydata360.worldbank.org/en/indicator/EIU+DI+INDEX>. Acesso em: 01 de maio de 2024.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA.** Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>. Acesso em: 07 de agosto de 2023.

JAEGER, Raffaella Lopes M.; BRAGA, Maria do Socorro S.; CASALECCHI, Gabriel Alves. **Comportamento e atitudes dos eleitores apertidários nas eleições presidenciais: o caso brasileiro.** Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política, Vol. 20, nº 1, 2023.

JOHNSTON, R., & PATTIE, C. Dimensions of Retrospective Voting. Party Politics, 7, 469 - 490, 2001.

LACY, Dean; CHRISTENSON, Dino P. **Who Votes for the Future?** Information, Expectations, and Endogeneity in Economic Voting. Political Behavior, Vol. 39, 2017.

LANOUE, D.J. Retrospective and Prospective Voting in Presidential-Year Elections. Political Research Quarterly, 47, 193 - 205, 1994.

LEWIS-BECK, Michael S.; PALDAM, Martin. **Economic voting: An intruduction.** Electoral Studies, v. 19, p. 113-121, 2000.

LEWIS-BECK, M.S.; NADEAU, R.; ELIAS, A. Economics, Party, and the Vote: Causality Issues and Panel Data. American Journal of Political Science, 52, 84-95, 2008.

LIPSET, Seymour Martin. **O homem político.** Zahar, São Paulo, 1967.

MALONEY, John; PICKERING, Andrew. **Voting and the economic cycle.** Public Choice, 2015.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. **Sobre a política de combate à pobreza no governo Lula.** Revista de Economia, v. 34, nº 3, p. 91-112, UFPE, Recife, 2008.

MATTHIEß, Theres. **Retrospective pledge voting: A comparative study of the electoral consequences of government parties' pledge fulfilment.** European Journal of Political Research, 2020.

MUELLER, John E.; **Presidential popularity from truman to johnson.** The American Political Science Review, Vol. 64, Nº 1, 1970.

PAULA, Luiz Fernando de.; MACHADO, Pedro Lange; CANNONE, Hélio. **Nationalism, Economic Liberalism, and Populism in the Bolsonaro Government**. Latin american perspectives, V. 50, nº 5, 2023.

PEREIRA, Frederico Batista. **Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002**. Revista de Sociologia e Política, v. 22, n. 50, p. 149-174, jun. 2014.

PINHEIRO-CANÊDO, Mauricio. **Bolsa Família ou desempenho da economia?** Determinantes da reeleição de Lula em 2006. Econometria Aplicada, Vol. 19, nº 01, 2015.

SANTOS, Cristina Mamédio da Costa; PIMENTA, Cibele Andrucio de Mattos; Moacyr Roberto Cuce, NOBRE. **A estratégia PICO para a construção da pergunta de pesquisa e a busca de evidências**. Revista Latino de Enfermagem, 2007.

SCOPUS. **Document search**. Disponível em: <https://www.elsevier.com/solutions/scopus/how-scopus-works/search>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

SCHEFFER, Fernando. **Teoria da escolha racional: a evidenciação do homo economicus?**. Revista eletrônica dos Pós graduados em Sociologia Política da UFSC, vol. 10, 2013.

SOARES, Olavo, **Rejeição vai pautar a disputa de segundo turno entre Bolsonaro e Lula**. Gazeta do Povo, Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2022/rejeicao-vai-pautar-a-disputa-de-segundo-turno-entre-bolsonaro-e-lula/> . Acesso em: 19 de junho de 2023.

STIERS, Dieter. **Political information and retrospective voting**. West European Politics, Vol. 44, nº 02, p. 272-298, 2021.

; Pedro. **Una Batalla de dos Presidentes: Lula vs. Bolsonaro en las Elecciones Brasileñas de 2022**. Revista de Ciência Política, Vol. 43, nº 2, Santiago, 2023.

TAROUCO, Gabriela. **Esquerda, direita e eleições presidenciais no Brasil**. Estudos avançados, 2022.

TILLEY, J.; HOBOLT, S.B. Is the Government to Blame? An Experimental Test of How Partisanship Shapes Perceptions of Performance and Responsibility. The Journal of Politics, 73, 316-330, 2011.

TRAVEZANI, Elóra; NATALINO, Plinio. **Eleições 2022: nostalgia futuro**. Revista Pet Economia UFES, Vol. 4, 2023.

TRE, **Tribunal Regional Eleitoral**. Disponível em: <https://www.tre-al.jus.br/#/>. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

TSE. **Resultados**. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/resultado-da-elei%C3%A7%C3%A3o?session=107130525380519>. Acesso em: 07 de agosto de 2023.

VIEIRA, Leide Jane Cruz; SILVA, Ilaydiany Cristina. **A Produção científica sobre os estudos bibliométricos no Brasil: Uma análise a partir da Brapci**. Em questão, vol. 29, Porto Alegre, 2023

VEIGA, Luciana; ROSS, Steven Dutt. **Os determinantes da avaliação da economia na eleição presidencial brasileira em 2014**. Opinião Pública, 2017.

WEATHERFORD, Stephen. **Economic voting and “symbolic politics” argument: A Reinterpretation and Syntheses**, America Political Science Review (ASPR), Cambridge University, 2014.

Williams, K.C. Sequential Elections and Retrospective Voting. *Journal of Theoretical Politics*, 6, 239 - 255, 1994.